

JORNALISMO ECONÔMICO II

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

2025


Pascal
Editora

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

JORNALISMO ECONÔMICO II

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. Raimundo Luna Neres

Dr. Raimundo José Barbosa Brandão

Dr. Gabriel Nava Lima

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr^a Eliane Rosa da Silva Dilkin

Dr. Will Ribamar Mendes Almeida

Dr. Claudio Alves Benassi

Dr. Diogo de Almeida Viana dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237j

Santos, Adelcio Machado dos

Jornalismo econômico II / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

83 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-180-4

D.O.I.: 10.29327/5650216

1. Jornalismo. 2. Econômico. 3. Política. 4. Desenvolvimento. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 70+330.34

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

*Livro dedicado à jornalista
Juciele Baldissarelli*

“O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É uma manifestação histórica distinta, com estrutura própria..”

Celso Furtado

“Formação Econômica do Brasil” (1959)

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Em preliminar, o Jornalismo Econômico, com sua capacidade única de traduzir a complexidade das finanças, mercados e políticas para o público geral, ocupa um papel central na construção da compreensão coletiva sobre os eventos que moldam o mundo moderno.

No entanto, por trás de cada manchete sobre a bolsa de valores, a inflação ou as mudanças fiscais, há uma rede de interações que exige interpretação, análise e contextualização.

“Jornalismo Econômico – Artigos Compilados II” colige textos que, ao longo do tempo, buscaram iluminar os diversos aspectos da economia, refletindo não apenas as oscilações do mercado, mas também os impactos sociais e políticos que permeiam nossas vidas cotidianas. Este volume, o segundo de uma série de compilações, oferece uma visão detalhada de como o jornalismo pode servir como ponte entre dados econômicos e a sociedade, sempre com o objetivo de promover um entendimento mais profundo, claro e acessível dos fenômenos que regem a economia global.

Com uma abordagem crítica, os artigos apresentados aqui não se limitam à simples transmissão de números e fatos. Eles buscam interpretar e questionar as tendências, as políticas públicas, as decisões empresariais e as dinâmicas que moldam as economias nacionais e internacionais. Ao coletar essas produções jornalísticas, temos o intuito de não apenas preservar o legado de uma análise incisiva, mas também incentivar o debate, a reflexão e a conscientização sobre os rumos que a economia pode tomar em um mundo em constante transformação.

Destarte, convidamos o leitor a mergulhar nas páginas que seguem, com a certeza de que, ao explorar o jornalismo econômico, adentra-se um universo de conhecimentos essenciais para a compreensão do presente e o planejamento de um futuro mais informado e responsável.

Neste contexto, o jornalismo econômico se torna uma ferramenta imprescindível, que não apenas informa, mas também educa e provoca reflexão. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, as questões econômicas ultrapassam os limites das especializações acadêmicas e alcançam o cotidiano de todas as pessoas, independentemente de sua formação ou envolvimento direto com as finanças.

A economia é parte integrante da realidade de todos, desde as decisões de

consumo mais simples até as questões complexas de políticas públicas e relações internacionais.

O volume que se apresenta ao leitor busca reunir textos que vão além da análise fria de números e gráficos. Cada artigo aqui compilado procura dar voz aos impactos humanos das decisões econômicas, explorando as nuances políticas, sociais e culturais que envolvem os eventos econômicos.

O desígnio consiste em mostrar que a economia não é apenas uma série de indicadores e projeções, mas sim um campo onde se entrelaçam as aspirações e os desafios da sociedade.

A seleção dos artigos foi feita com a preocupação de trazer à tona uma gama diversificada de temas, abordando questões relevantes que marcaram a história econômica recente, desde crises financeiras e recessões até o papel crescente das tecnologias digitais, do consumo sustentável e da economia globalizada.

Por conseguinte, a análise crítica de fenômenos como a desigualdade social, o papel do Estado na economia, a dinâmica do mercado de trabalho e a transformação das relações de produção são temas recorrentes, sempre com um olhar atento às implicações desses fenômenos para o futuro da sociedade.

O trabalho aqui reunido também reflete uma busca constante por respostas, mas também por perguntas. A economia é um campo de estudo e “performance” que está em constante evolução, de modo que seu jornalismo precisa ser igualmente dinâmico.

Acompanhando essa mudança, os textos compilados buscam trazer novas perspectivas sobre temas recorrentes e trazer à tona discussões inovadoras que contribuem para uma compreensão mais rica e multifacetada dos desafios econômicos.

Ademais disso, o compromisso com a clareza e a acessibilidade é uma característica essencial deste trabalho. O Jornalismo Econômico não deve ser restrito a um público especializado; ele deve ser capaz de alcançar todas as camadas da sociedade, fornecendo uma base sólida de conhecimento que permita a cada cidadão, independentemente de sua área de atuação, tomar decisões informadas e conscientes.

Em última análise, ao reunir essas análises e reflexões, este livro não apenas apresenta uma visão panorâmica do que tem sido discutido no campo do jornalismo econômico, mas também busca estimular uma maior participação crítica dos leitores nas questões econômicas, incentivando-os a questionar, a pensar e a agir diante dos rumos que a economia mundial está tomando.

Em epítome, “Jornalismo Econômico – Artigos Compilados II” não é apenas um exercício de preservação do passado, mas um convite para um engajamento

mais profundo com o presente e o futuro. O jornalismo econômico, quando bem-feito, não se limita a relatar fatos, mas se propõe a ser um agente de transformação, capaz de influenciar a opinião pública e, conseqüentemente, o cenário econômico global.

Por final, este livro espera ser útil e inspirador para todas e todos que desejam entender as complexas engrenagens da economia e como elas afetam a sociedade como um todo. Acreditamos que, ao compartilhar essas ideias e reflexões, estamos contribuindo para um público mais bem informado, preparado para enfrentar os reptos econômicos do porvir com maior compreensão e discernimento.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é Jornalista (MT/SC 4155) e economista (CORECON/SC 3840), com militância em Jornalismo Econômico e Desenvolvimento Econômico.

O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na cidade

de Concórdia, em Santa Catarina. Integrou os Conselhos Estaduais de Educação e, Cultura e Desportos em Santa Catarina. Militou no “staff” na Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É revisor de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É vogal das organizações de pesquisa: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Deu a lume a 72 livros, 165 capítulos de livros e 426 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

SUMÁRIO

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO	11
BLOCOS ECONÔMICOS NA SOCIEDADE INTERNACIONAL.....	14
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	18
MERCADO COMUM DO SUL.....	21
RELAÇÕES INTERNACIONAIS ECONÔMICAS.....	24
ECONOMIA DA CULTURA	28
JURO – A MAIS POLÊMICA FORMAÇÃO DA ECONOMIA	32
A RELEVANTE ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA	36
ECONOMIA DO LAZER	40
PLANEJAMENTO ECONÔMICO	43
HISTÓRIA ECONÔMICA.....	46
NA GLOBALIZAÇÃO, O CONSUMO PAUTA AS RELAÇÕES SOCIAIS.....	50
BANCO CENTRAL - O GUARDIÃO DA MOEDA	53
FOMENTO À PESQUISA – TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMI- CO.....	57
EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO.....	61
CAPES - O ESTADO REGULA E FOMENTA A PÓS-GRADUAÇÃO	65
A ECONOMIA – OBJETO DA FILOSOFIA.....	68
POLÍTICA ECONÔMICA – RELEVANTE POLÍTICA PÚBLICA	72
INTERNACIONALISTA – PROFISSIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIO- NAIS.....	75
CONCEITO DE MACROECONOMIA	79



1

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO



little-ta
there
chaffin
waterf
d nothin
for d
and
ever
esides
a knot
oor Rat

Preliminarmente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) se configura em instituição internacional criada com o objetivo de regular as relações comerciais entre os países, promovendo um comércio global mais livre, justo e previsível. Fundada em 1995, a OMC substituiu o antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que existia desde 1948. Seu papel principal é supervisionar as regras do comércio internacional, facilitar negociações entre seus membros, resolver disputas comerciais e monitorar a implementação de acordos comerciais.

Destarte, com 164 membros, que representam a maior parte da economia global, a OMC desempenha um papel fundamental na promoção de um sistema de comércio internacional mais organizado e transparente. A organização está estruturada em torno de três funções principais: a negociação de acordos comerciais, a implementação e monitoramento desses acordos, e a resolução de disputas entre os países.

Outrossim, uma das funções centrais da OMC é facilitar negociações entre os países para a redução de tarifas e outras barreiras ao comércio. Através de rodadas de negociação, os países procuram ampliar o acesso aos mercados e reduzir custos no comércio internacional. O processo de negociação na OMC é único porque envolve uma ampla gama de países com interesses econômicos e sociais diversos, o que exige um equilíbrio delicado entre os diferentes interesses.

Ademais disso, a OMC possui um mecanismo de solução de controvérsias que ajuda a resolver disputas comerciais entre os países. Quando um membro acredita que outro está violando as regras da OMC ou seus compromissos comerciais, pode iniciar uma disputa. Esse mecanismo de solução de controvérsias é uma das maiores inovações da OMC em relação ao GATT, pois proporciona um processo mais estruturado e eficiente para a resolução desses conflitos.

Outro papel essencial da OMC reside no monitoramento das políticas comerciais dos seus membros. A organização realiza avaliações periódicas para garantir que os países cumpram os compromissos assumidos e que as políticas comerciais adotadas estejam alinhadas com as normas internacionais. Isso contribui para a construção de um ambiente de negócios mais estável e previsível, o que é essencial para fomentar o comércio global.

Posto que a OMC tenha sido crucial para a liberalização do comércio internacional, ela também tem enfrentado críticas ao longo dos anos. Uma das principais críticas é a alegação de que seus processos beneficiam desproporcionalmente as economias mais desenvolvidas, enquanto as economias em desenvolvimento enfrentam dificuldades em garantir seus interesses.

Outra crítica refere-se à incapacidade da OMC de tratar de questões emergentes, como o comércio digital, mudanças climáticas e questões de direitos humanos,

que se tornaram cada vez mais relevantes no cenário global.

Conquanto tais críticas, a OMC continua a ser um dos principais fóruns para discutir questões comerciais globais. Seus defensores argumentam que a organização é essencial para a estabilidade econômica global, ao fornecer um conjunto de regras claras e um sistema para resolver disputas. Além disso, ao facilitar a redução de barreiras comerciais, a OMC tem contribuído para o aumento do comércio internacional, o que, em muitos casos, tem promovido o crescimento econômico, o desenvolvimento e a redução da pobreza.

À guisa conclusão, a Organização Mundial do Comércio desempenha um papel central na regulação do comércio global, promovendo um sistema de comércio mais livre, previsível e justo.

Em epítome, malgrado as críticas, sua importância no cenário internacional é inegável, e o debate sobre sua reforma e adaptação às novas realidades do comércio global continua a ser um tema importante para os próximos anos.



2

BLOCOS ECONÔMICOS NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

Os blocos econômicos representam uma das formas mais eficazes de organização da economia internacional na contemporaneidade. Eles consistem em agrupamentos de países que estabelecem acordos comerciais e políticas econômicas comuns, com o objetivo de intensificar a troca de bens e serviços, reduzir barreiras tarifárias, e promover uma maior integração entre as economias participantes. Esses blocos têm impacto significativo nas relações internacionais e são uma resposta estratégica à globalização, que impõe desafios e oportunidades para os países que buscam fortalecer sua posição no cenário global.

Historicamente, os blocos econômicos surgiram com a intensificação da troca internacional após a Segunda Guerra Mundial, período em que os países procuraram reconfigurar a ordem econômica mundial. A ideia central era aumentar o comércio e a cooperação econômica entre as nações, ao mesmo tempo em que se criavam plataformas de negociação e coordenação de políticas. Os blocos podem ser classificados de acordo com o nível de integração econômica que alcançam, variando desde acordos mais superficiais, como as zonas de livre comércio, até uniões econômicas mais profundas, como as uniões monetárias.

Destarte, verificam-se diferentes tipos de blocos econômicos, que variam na profundidade das integrações e nos objetivos que perseguem. Abaixo, são destacados alguns dos principais:

1. Zona de Livre Comércio (ZLC): Nesse tipo de bloco, os países membros eliminam as barreiras comerciais, como tarifas e cotas, para promover um comércio mais fluido entre si. No entanto, cada país mantém sua própria política comercial com países externos. Um exemplo clássico é o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que envolvia os Estados Unidos, o Canadá e o México, antes de ser substituído pelo Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA).
2. União Aduaneira: Além de estabelecer a eliminação de barreiras comerciais internas, os países que formam uma união aduaneira adotam uma tarifa externa comum (TEC), o que significa que os produtos vindos de fora do bloco são sujeitos às mesmas tarifas. A União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) são exemplos de uniões aduaneiras.
3. Mercado Comum: Esse é um bloco econômico em que os países membros não apenas eliminam as barreiras ao comércio e estabelecem uma tarifa externa comum, mas também permitem a livre circulação de fatores de produção, como trabalho e capital. A União Europeia (UE) pode ser considerada um exemplo de mercado comum avançado, uma vez que não só garante a livre circulação de bens, mas também de pessoas, serviços e capitais entre seus membros.

4. União Econômica e Monetária: Esse é o estágio mais avançado de integração econômica, em que os países adotam políticas econômicas e fiscais harmonizadas, além de uma moeda comum. A zona do euro, dentro da União Europeia, é o exemplo mais emblemático de união monetária, com 19 dos 27 países da UE utilizando o euro como moeda oficial.

Os blocos econômicos mais importantes no cenário global incluem:

- União Europeia (UE): Considerada o modelo mais desenvolvido de integração econômica, a UE combina aspectos de uma união econômica, um mercado comum e uma união monetária. Seus membros compartilham não apenas um mercado único, mas também um conjunto de normas regulatórias, políticas fiscais e uma moeda comum, o euro, que circula em 19 países.
- Mercosul: Formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (com a Bolívia em processo de adesão), o Mercosul visa promover a integração econômica e política na América do Sul, além de estabelecer uma tarifa externa comum e políticas comerciais conjuntas. Embora tenha enfrentado desafios políticos e econômicos ao longo dos anos, o Mercosul continua sendo um dos blocos mais significativos da América Latina.
- Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN): Composta por 10 países do sudeste asiático, a ASEAN busca não só a promoção do comércio e da integração econômica entre seus membros, mas também a cooperação em várias áreas, como segurança e desenvolvimento sustentável. A ASEAN é conhecida por seu enfoque pragmático, procurando criar uma comunidade econômica com uma abordagem gradual e flexível.
- Acordo de Livre Comércio da América do Norte (USMCA): Substituindo o NAFTA em 2020, o USMCA envolve os Estados Unidos, o México e o Canadá. Esse bloco é fundamental para o comércio da América do Norte, promovendo a redução das tarifas e a facilitação do comércio entre esses países, embora as negociações também tenham incorporado elementos relacionados ao ambiente e à propriedade intelectual.

Os blocos econômicos têm implicações profundas para a economia global e para as relações internacionais. Alguns dos principais impactos incluem:

1. Aumento do Comércio Regional: Os blocos econômicos são criados com a intenção de aumentar o comércio entre seus membros, tornando-o mais eficiente e menos oneroso. Isso é alcançado principalmente pela eliminação de tarifas e pela harmonização de normas regulatórias, o que facilita a circulação de mercadorias e serviços.
2. Redução das Barreiras ao Comércio Global: Além de beneficiar os países membros, os blocos econômicos, ao reduzir suas barreiras comerciais inter-

nas, também contribuem para a liberalização do comércio internacional, incentivando outros países a participar de acordos bilaterais ou multilaterais.

3. Fortalecimento Político e Econômico: Através da cooperação estreita em questões comerciais, políticas e econômicas, os blocos podem melhorar a estabilidade política e econômica de seus membros. No entanto, a crescente interdependência também pode gerar tensões, especialmente quando surgem desentendimentos sobre questões econômicas ou políticas internas.
4. Reptos à Soberania Nacional: A integração econômica pode levar os países a delegar uma parte significativa de sua soberania a instituições supranacionais, como o Comitê de Comércio da União Europeia ou o Parlamento do Mercosul. Isso pode gerar resistência dentro de países que temem perder o controle sobre suas próprias políticas econômicas e fiscais.
5. Disparidades no Desenvolvimento: Embora a integração econômica traga benefícios para as economias mais desenvolvidas, os países mais pobres dentro de um bloco podem não conseguir acompanhar os ganhos globais. A disparidade no nível de desenvolvimento econômico entre os membros de blocos como a UE ou o Mercosul pode gerar tensões e dificultar a implementação de políticas comuns que beneficiem todos igualmente.

Os blocos econômicos desempenham um papel crucial na economia global e na sociedade internacional, permitindo que países integrem suas economias de maneira mais estreita e criem plataformas para enfrentar os desafios impostos pela globalização.

Posto que a formação desses blocos possa gerar benefícios econômicos substanciais, ela também apresenta desafios, como a perda de autonomia nacional, as disparidades econômicas entre os membros e a resistência a uma maior integração.

À guisa de conclusão, os blocos econômicos continuam a ser uma característica central das relações internacionais e um elemento essencial no mundo globalizado, determinando as dinâmicas econômicas e políticas em várias regiões do planeta.



3

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL



O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma instituição financeira global criada em 1944, com o objetivo principal de promover a cooperação monetária internacional, garantir a estabilidade financeira global e facilitar o crescimento econômico sustentável. Seu papel se tornou essencial no cenário financeiro mundial, especialmente em tempos de crises econômicas, onde atua como um agente de estabilização, fornecendo assistência financeira e promovendo políticas de ajustes econômicos em países membros.

A origem do FMI remonta à Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, na qual 44 países se reuniram com o objetivo de criar uma arquitetura financeira internacional capaz de evitar os erros cometidos durante a Grande Depressão dos anos 1930. O FMI foi concebido como uma instituição capaz de promover a estabilidade cambial e garantir a livre circulação de capitais entre os países membros, evitando práticas de desvalorização competitiva de moedas e o protecionismo.

O FMI é composto por 190 países-membros (dados de 2023), e sua sede está localizada em Washington, D.C., nos Estados Unidos. Cada membro tem uma cota no FMI, que determina sua participação nas decisões e sua contribuição financeira. A cota também está relacionada ao montante de recursos financeiros que um país pode solicitar em caso de necessidade de apoio. O poder de voto dentro do FMI é proporcional à cota de cada membro, o que significa que países com maiores contribuições financeiras têm maior influência nas deliberações da instituição.

Um dos precípuos instrumentos de “performance” do FMI consiste no fornecimento de empréstimos a países em dificuldades financeiras. Esses empréstimos geralmente estão condicionados a um conjunto de reformas econômicas e políticas que o país deve adotar para restaurar a estabilidade e o crescimento. Essas reformas podem envolver medidas de austeridade, como a redução de gastos públicos, a reforma do setor financeiro, a liberalização do comércio e a desregulamentação de setores econômicos. Embora essas medidas tenham o objetivo de estabilizar a economia, elas também têm sido alvo de críticas, especialmente quando causam dificuldades sociais para a população de um país.

Ademais da assistência financeira, o FMI também desempenha um papel importante na vigilância econômica. Ele monitora as economias globais e realiza análises periódicas sobre a saúde econômica dos países membros. Através dessa vigilância, o FMI identifica riscos financeiros e oferece recomendações de políticas para garantir a estabilidade macroeconômica. Essa função de monitoramento é especialmente importante em tempos de volatilidade econômica, como durante crises financeiras ou recessões globais.

O FMI também promove o desenvolvimento econômico através da capacitação técnica, oferecendo assessoria e treinamento a países em áreas como gestão de políticas fiscais, administração pública, e desenvolvimento do setor financeiro.

Através de programas de assistência técnica, a instituição ajuda os países a melhorar a eficácia das políticas econômicas e a fortalecer suas instituições financeiras.

Contudo, o FMI não está isento de críticas. Muitos argumentam que suas políticas, particularmente as relacionadas ao empréstimo condicional, podem exacerbar a desigualdade social e aprofundar as dificuldades econômicas em países em desenvolvimento. Em algumas ocasiões, as medidas de austeridade impostas pelo FMI foram vistas como prejudiciais para o bem-estar social, levando a protestos e movimentos de oposição. Além disso, a estrutura de governança do FMI tem sido criticada por favorecer os países mais ricos, que têm maior poder de voto devido às suas cotas financeiras.

Conquanto essas críticas, o FMI continua a ser uma instituição central no sistema financeiro internacional. Sua capacidade de fornecer recursos em tempos de crise e de coordenar políticas globais é fundamental para garantir a estabilidade econômica e a paz financeira mundial. Nos últimos anos, o FMI também tem buscado evoluir suas políticas, promovendo uma maior atenção aos aspectos sociais e ao desenvolvimento sustentável, especialmente em relação à mudança climática e à inclusão social.

Em epítome, o Fundo Monetário Internacional desempenha um papel crucial na manutenção da estabilidade econômica global, através de sua atuação em áreas como assistência financeira, vigilância econômica e capacitação técnica.

Por final, posto que adverte críticas sobre suas políticas e estrutura de governança, a sua contribuição para o sistema financeiro internacional é indiscutível, constituindo-se pilar importante no apoio aos países em conjunturas de crise e no esforço pela construção de um crescimento econômico global mais equilibrado e sustentável.



4

MERCADO COMUM DO SUL



O Mercado Comum do Sul, mais conhecido como MERCOSUL, configura-se organização regional que visa a integração econômica e política dos países da América do Sul. Fundado em 26 de março de 1991 pelo Tratado de Assunção, o MERCOSUL tem como objetivo principal criar uma zona de livre comércio entre os países membros, promovendo o comércio e a circulação de bens, serviços e fatores produtivos, como capital e trabalho. A organização busca também fortalecer a cooperação política, social e cultural, visando uma maior coesão e estabilidade entre os países da região.

O MERCOSUL surgiu a partir de um contexto de necessidade de aproximação econômica e política entre os países da América do Sul, especialmente após a década de 1980, quando muitos desses países enfrentaram crises econômicas profundas e instabilidade política. O Tratado de Assunção, que instituiu o MERCOSUL, foi assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a adesão da Venezuela em 2012. O bloco passou a ser uma plataforma para promover a integração econômica e, mais tarde, ampliou seus objetivos para incluir a cooperação política e social entre seus membros.

Inicialmente, o foco principal do MERCOSUL foi a criação de um mercado comum, com a redução de tarifas comerciais e a eliminação de barreiras ao comércio. Isso visava aumentar a competitividade das economias da região, melhorar o padrão de vida da população e integrar mais efetivamente os mercados desses países.

Os principais objetivos do MERCOSUL podem ser resumidos em três pontos principais:

1. Criação de uma zona de livre comércio: Com a eliminação de tarifas alfandegárias e barreiras comerciais entre os países membros, o MERCOSUL visa facilitar o comércio intrarregional.
2. Adoção de uma tarifa externa comum: Os países membros do MERCOSUL adotam uma tarifa externa comum para produtos importados de fora da região. Isso cria um ambiente mais competitivo para as indústrias locais.
3. Promoção de políticas econômicas comuns: O bloco busca estabelecer políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento que favoreçam o crescimento e a estabilidade da região.

Outrossim, o MERCOSUL trabalha na área de cooperação política, buscando reforçar os laços entre os membros e trabalhar em conjunto em questões políticas e de segurança. A organização busca uma aproximação em termos de políticas externas e de defesa, o que permite maior influência no cenário internacional.

Ao longo dos anos, o MERCOSUL tem tentado expandir suas fronteiras, tanto no sentido de ampliar a sua zona de livre comércio, quanto de incorporar novos

países. Em 2012, a Venezuela tornou-se membro pleno, o que ampliou ainda mais o impacto da organização na América do Sul. Além disso, o MERCOSUL mantém acordos comerciais com diversos países e blocos, como a União Europeia, que, embora ainda não tenha se concretizado totalmente, é uma das maiores iniciativas de integração global da organização.

Contudo, o MERCOSUL enfrenta diversos desafios, que vão desde questões políticas internas até divergências econômicas. A instabilidade política em alguns de seus membros, como as mudanças de governo e os diferentes interesses nacionais, podem dificultar o alcance de objetivos comuns. Além disso, a economia global tem mudado rapidamente, com o surgimento de novas potências econômicas, o que exige uma constante adaptação e reformulação das políticas do MERCOSUL.

Para o MERCOSUL continuar a prosperar, será essencial que seus membros superem divergências internas e trabalhem juntos para promover uma maior integração econômica e política.

Destarte, a sustentabilidade do bloco depende de sua capacidade de se adaptar às mudanças do cenário mundial, de promover reformas internas e de manter um compromisso forte com os princípios da integração regional.

Ademais disso, o MERCOSUL deverá buscar aumentar sua inserção no comércio global, fortalecendo seus acordos com outras nações e blocos econômicos. O acordo com a União Europeia, embora ainda esteja em processo de ratificação, pode ser uma grande oportunidade para o MERCOSUL expandir suas relações comerciais e políticas, alcançando mercados importantes no Velho Continente.

Em um mundo cada vez mais globalizado, o MERCOSUL possui um papel fundamental a desempenhar na integração da América do Sul e na promoção de uma agenda comum de desenvolvimento e cooperação. Com uma economia diversificada e recursos naturais abundantes, os países do MERCOSUL têm o potencial de se tornar uma força de influência significativa, se souberem alinhar suas políticas e interesses de maneira mais eficaz.

O MERCOSUL representa uma importante iniciativa de integração regional na América do Sul, com o objetivo de promover a livre circulação de bens, serviços e pessoas entre seus membros. Embora enfrente desafios relacionados a divergências políticas e econômicas internas, a organização continua sendo um pilar fundamental para a cooperação regional e a projeção dos países sul-americanos no cenário internacional.

Em epítome, o sucesso do MERCOSUL dependerá de sua capacidade de adaptação às mudanças globais e de seu compromisso com o fortalecimento dos laços econômicos e políticos entre os países da região.



5

RELAÇÕES INTERNACIONAIS ECONÔMICAS



Primeiramente, as relações internacionais econômicas englobam as interações entre países, organizações internacionais, empresas multinacionais e outros agentes econômicos, com o objetivo de promover o fluxo de bens, serviços, capitais, tecnologias e conhecimentos entre diferentes partes do mundo. Estas relações são fundamentais para o desenvolvimento global, pois influenciam o crescimento econômico, a geração de empregos e a integração de economias.

Outrossim, o estudo das relações econômicas internacionais é central para entender como os países se posicionam no cenário global, como lidam com desafios comuns e como buscam maximizar seus interesses econômicos.

As relações econômicas internacionais são moldadas por diversos fatores, incluindo a política comercial, os investimentos estrangeiros diretos (IED), a mobilidade de capital, as políticas cambiais e as negociações multilaterais. A globalização, que se intensificou nas últimas décadas, desempenha um papel crucial nesse processo, pois facilita a interconexão das economias através de novos canais de comércio e comunicação. Com isso, os países passaram a depender cada vez mais das trocas econômicas transnacionais para seu desenvolvimento.

Um dos precípuos elementos dessa dinâmica é o comércio internacional. As trocas de bens e serviços entre países são fundamentais para que as economias possam expandir suas bases produtivas e aproveitar as vantagens comparativas que cada nação oferece. A teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por David Ricardo no século XIX, argumenta que, mesmo que um país seja mais eficiente na produção de todos os bens, ele deve se especializar naqueles em que tem maior eficiência relativa, promovendo assim uma maior produtividade global.

Outro aspecto importante nas relações econômicas internacionais é o investimento estrangeiro direto (IED). Este tipo de investimento envolve a compra de ativos em outros países, como fábricas, imóveis e empresas, e é um dos principais motores do crescimento econômico, especialmente para os países em desenvolvimento. O IED não só traz capital financeiro, mas também tecnologia e conhecimentos, além de promover a criação de empregos e a melhoria da infraestrutura local.

Destarte, no cenário global, diversas organizações e acordos multilaterais são fundamentais para a regulamentação das relações econômicas internacionais. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, por exemplo, desempenham um papel crucial no financiamento e na estabilidade econômica de países em desenvolvimento. O FMI, com suas políticas monetárias e de crédito, tem como objetivo estabilizar as economias nacionais e promover o crescimento, enquanto o Banco Mundial foca no financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento social.

Ademais disso, a Organização Mundial do Comércio (OMC) desempenha um papel importante na regulação do comércio internacional. Criada em 1995, a OMC visa promover a liberalização do comércio, reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias e garantir que as regras do comércio sejam seguidas por todos os membros. A OMC também atua na resolução de disputas comerciais entre os países, assegurando que os acordos sejam cumpridos de maneira justa.

De outro vértice, no âmbito regional, blocos econômicos como a União Europeia (UE), o Mercosul, o Acordo Norte-Americano de Comércio Livre (NAFTA), atualmente conhecido como USMCA, e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) têm promovido a integração econômica entre seus membros, criando áreas de livre comércio e áreas de circulação de bens e pessoas. Esses blocos são uma resposta à necessidade de os países menores e em desenvolvimento terem maior peso nas negociações internacionais, além de aproveitarem as sinergias criadas pela cooperação econômica regional.

Conquanto as vantagens das relações econômicas internacionais, existem inúmeros desafios a serem enfrentados. As desigualdades globais, as crises financeiras, os conflitos comerciais e as questões ambientais são alguns dos principais obstáculos que dificultam o pleno potencial da integração econômica global. As tensões comerciais, como as entre os Estados Unidos e a China, demonstram como os interesses nacionais podem entrar em conflito com os objetivos de cooperação internacional.

Ademais disso, a crescente interdependência das economias globais torna os países mais vulneráveis a crises externas. A crise financeira de 2008 é um exemplo claro de como uma crise em uma economia pode afetar o mundo inteiro, gerando recessões, desemprego e falências em várias partes do planeta. A pandemia de COVID-19 também evidenciou a vulnerabilidade das cadeias de suprimentos globais, alterando a dinâmica do comércio e afetando a economia de muitos países.

Por outro lado, as relações internacionais econômicas também oferecem inúmeras oportunidades. A inovação tecnológica, especialmente no setor digital e de inteligência artificial, tem potencial para transformar as economias globais e abrir novas avenidas para a cooperação internacional. O crescimento do comércio eletrônico, a expansão das fintechs e a digitalização dos serviços financeiros são exemplos de como a tecnologia pode mudar a forma como as relações econômicas internacionais são conduzidas.

As relações internacionais econômicas são um dos pilares do sistema global contemporâneo, influenciando diretamente o desenvolvimento e a prosperidade de nações e regiões. A interação entre países, organizações internacionais e empresas multinacionais, se bem gerida, pode promover crescimento, estabilidade e cooperação.

No entanto, a complexidade e os desafios que envolvem esse campo exigem uma gestão cuidadosa e uma visão estratégica para que os benefícios da globalização sejam aproveitados de maneira justa e sustentável, com a redução das desigualdades e a promoção de uma economia global mais equitativa e integrada.



6

ECONOMIA DA CULTURA



Preliminarmente, a Economia da Cultura em subárea interdisciplinar que envolve o estudo dos aspectos econômicos e sociais das atividades culturais e criativas. Esse conceito vai além da simples produção de bens culturais, como música, artes plásticas, cinema e literatura, para incluir também a análise dos impactos econômicos das políticas culturais, da indústria criativa e do consumo cultural.

Trata-se de um campo em expansão que reconhece o papel fundamental da cultura no desenvolvimento econômico e social, no fortalecimento da identidade de comunidades e na promoção do bem-estar individual e coletivo.

A ideia central da economia da cultura consiste em que as ações culturais não são apenas expressões artísticas ou de lazer, mas também atividades que geram valor econômico. Isso pode ser observado em vários níveis: no emprego gerado pelas indústrias culturais, na movimentação de recursos financeiros, nas exportações de produtos culturais, na criação de mercados para obras de arte e na valorização do patrimônio histórico e cultural.

Destarte, dentro do campo da economia da cultura, um conceito importante é o da *economia criativa*. Esse termo engloba atividades econômicas baseadas na criatividade, conhecimento e talento, sendo representadas por áreas como música, teatro, dança, cinema, design, moda, publicidade, artes visuais, arquitetura, entre outras. O conceito de economia criativa destaca-se pela sua capacidade de gerar valor agregado a partir de ideias, inovação e expressão cultural. Esses bens e serviços criam uma cadeia produtiva que vai desde a criação artística até a comercialização e o consumo, movimentando grandes quantias de recursos financeiros e gerando empregos diretos e indiretos.

Estudos apontam que o setor cultural e criativo tem crescido de forma significativa em muitos países ao longo dos últimos anos. De acordo com dados da UNESCO, a economia cultural representa uma parte considerável do Produto Interno Bruto (PIB) de muitas nações. Além disso, a globalização e o aumento do consumo digital têm impulsionado as indústrias culturais a alcançar novos mercados, promovendo uma maior disseminação das produções culturais, o que, por sua vez, gera maiores fluxos financeiros e oportunidades de negócios internacionais.

Por conseguinte, os benefícios da economia da cultura não se limitam à geração de riqueza. As atividades culturais têm um impacto direto na coesão social e no bem-estar das pessoas. A participação em práticas culturais pode melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, proporcionar oportunidades educacionais e contribuir para a redução das desigualdades sociais. Além disso, a cultura desempenha um papel essencial na formação da identidade de uma nação ou de uma comunidade, ao fortalecer o sentimento de pertencimento e a valorização das tradições e patrimônios locais.

Outrossim, a cultura surte impacto positivo no turismo. Muitas cidades e países atraem visitantes devido ao seu patrimônio cultural e artístico, seja por meio de monumentos históricos, museus, festivais, ou eventos culturais. O turismo cultural, portanto, não só promove o intercâmbio cultural entre diferentes povos, mas também impulsiona a economia local, com a criação de empregos e a geração de receita para setores como a hotelaria, o transporte, a alimentação e o comércio.

Conquanto os avanços e da crescente valorização da cultura, a economia da cultura enfrenta alguns desafios importantes. A principal questão está relacionada ao financiamento das atividades culturais. Muitos países e municípios enfrentam dificuldades para destinar recursos suficientes para a promoção e preservação das suas produções culturais. A instabilidade econômica e as limitações orçamentárias podem prejudicar a implementação de políticas públicas eficazes para o setor cultural.

Outro repto relevante reside no acesso às novas tecnologias e a sua relação com o mercado cultural. A digitalização tem transformado a maneira como a cultura é produzida, distribuída e consumida, mas também gerado preocupações em relação à pirataria digital e à distribuição desigual de recursos entre produtores culturais. A democratização do acesso à tecnologia, por meio da criação de plataformas digitais e da implementação de políticas públicas, pode ser uma forma de resolver esses problemas, ao mesmo tempo que promove a diversidade cultural e a inclusão social.

Por outro lado, a economia digital também abre novas oportunidades para o mercado cultural. O crescimento do streaming de música e vídeo, por exemplo, tem permitido aos artistas alcançar um público global com mais facilidade. Plataformas como Spotify, YouTube, e Netflix transformaram o consumo de conteúdo cultural, gerando novas fontes de receita para os criadores de conteúdo e incentivando o desenvolvimento de novos produtos culturais.

O papel do Estado é fundamental na promoção e no incentivo à economia da cultura. Políticas públicas eficazes podem ajudar a fortalecer as indústrias culturais e criativas, garantir o acesso à cultura para diferentes camadas sociais e promover a preservação do patrimônio cultural. A implementação de leis de incentivo à cultura, como é o caso de leis de financiamento público para projetos culturais e a criação de espaços culturais, tem sido uma prática comum em muitos países, permitindo que artistas e grupos culturais encontrem condições para desenvolver seus trabalhos.

Ademais disso, o desenvolvimento de infraestrutura cultural, como teatros, museus, centros culturais e bibliotecas, é essencial para a democratização do acesso à cultura. Isso contribui para a formação de um público mais consciente, crítico e engajado nas questões culturais, promovendo, ao mesmo tempo, a valorização

das manifestações culturais locais.

A economia da cultura revela a importância das atividades culturais para o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade. O setor cultural não apenas contribui para a criação de riqueza, mas também desempenha um papel fundamental na formação da identidade e na promoção da inclusão social.

Em epítome, ao integrar o conhecimento, a criatividade e a inovação, a cultura se estabelece como um motor do crescimento econômico, criando um ciclo de benefícios para a sociedade em diversos níveis.

Por final, configura-se fundamental que a Administração Pública e organizações sociais continuem a apoiar e a investir nas indústrias culturais, garantindo que a cultura, em todas as suas formas, possa florescer e alcançar um público cada vez mais amplo e diversificado.



7

JURO – A MAIS POLÊMICA FORMAÇÃO DA ECONOMIA



Inicialmente, o juro, ao longo da história econômica, tem se mostrado uma das formações mais controversas e debatidas. Seu papel na economia é essencial, pois influencia diretamente o comportamento dos consumidores, empresas e governos.

No entanto, sua natureza e efeitos geram polêmicas e divergências entre economistas, políticos e cidadãos. De um lado, há quem defenda o juro como um motor fundamental do desenvolvimento econômico, capaz de fomentar o investimento e o crescimento. Do outro, há quem o veja como um vilão, responsável pela desigualdade social e pela perpetuação da concentração de riquezas.

De outro vértice, o conceito de juro se reveste de singela: consiste no custo do dinheiro emprestado. Quando alguém toma um empréstimo, paga um valor adicional sobre o montante original, o que constitui o juro. Esse custo reflete o risco de emprestar dinheiro, a inflação e a oferta e demanda por crédito. No entanto, o juro não é uma simples taxa matemática. Ele envolve complexas questões econômicas e sociais, que tornam sua análise mais desafiadora e polêmica.

Defensores dos juros argumentam que a sua existência é necessária para o funcionamento do sistema financeiro e para o estímulo ao crescimento econômico. Os juros são, em grande medida, o incentivo para os bancos emprestarem dinheiro aos consumidores e empresas. Se os juros forem muito baixos, o risco de inadimplência pode aumentar, o que desestimula os empréstimos. Por outro lado, taxas altas podem inibir o consumo e os investimentos, mas, de maneira geral, o juro atua como um sinalizador que equilibra o sistema financeiro.

Destarte, a ideia de que o juro pode fomentar a economia se baseia na noção de que ele é um incentivo ao investimento. Quando os juros são altos, os investidores têm uma maior recompensa pelo risco que assumem ao investir seu capital. Isso pode, de fato, gerar inovação e crescimento em alguns setores.

Ademais disso, para os governos, a política monetária baseada na manipulação dos juros pode ser usada para controlar a inflação e estabilizar a economia, embora essa abordagem nem sempre funcione como esperado.

No entanto, os críticos do juro veem a sua prática de uma maneira bem diferente. Para muitos, o juro é um mecanismo de concentração de riqueza. Isso ocorre porque, ao longo do tempo, aqueles que possuem capital (normalmente os mais ricos) recebem juros sobre seus investimentos, enquanto os tomadores de crédito (geralmente os mais pobres) pagam juros elevados. Essa dinâmica pode resultar em um ciclo vicioso de desigualdade, onde a pobreza e a riqueza se intensificam.

O juro alto, especialmente em países em desenvolvimento, pode ser um obstáculo ao crescimento econômico sustentável, porquanto as famílias e as empresas que já enfrentam dificuldades financeiras acabam sendo sobrecarregadas por dí-

vidas impagáveis.

Ademais disso, a especulação financeira, alimentada por juros elevados, pode gerar bolhas econômicas, cujos impactos negativos afetam toda a sociedade. A prática de cobrar juros elevados sobre dívidas, especialmente as de longo prazo, pode resultar em uma transferência de recursos das camadas mais pobres para as mais ricas, exacerbando a desigualdade social.

Um dos maiores pontos de controvérsia sobre o juro é o papel dos bancos e das instituições financeiras. Em muitos casos, os juros cobrados pelas instituições financeiras não refletem, de fato, o custo do dinheiro emprestado, mas sim uma estratégia para maximizar os lucros. Essa situação pode ser observada em taxas de juros elevadas para empréstimos pessoais, cartões de crédito e financiamentos, especialmente em países com alto nível de endividamento da população.

A par disso, a estrutura de juros no sistema financeiro global muitas vezes beneficia grandes corporações e especuladores em detrimento da classe média e dos mais pobres. A dinâmica das taxas de juros também é influenciada por fatores globais, como políticas monetárias de grandes economias, o que pode gerar instabilidade econômica em países em desenvolvimento. Isso reforça a percepção de que o sistema financeiro é muitas vezes desenhado para proteger interesses de uma minoria privilegiada.

O debate sobre os juros envolve questões políticas e ideológicas profundas. De um lado, aqueles que defendem a liberdade do mercado acreditam que a taxa de juros é uma variável fundamental para o equilíbrio da economia e que seu controle excessivo pelo governo pode gerar distorções. Por outro lado, há quem defenda a intervenção do Estado para limitar os juros, especialmente em tempos de crise econômica, a fim de evitar a exploração dos mais vulneráveis.

No Brasil, à guisa de exemplo, o alto custo do crédito é uma das maiores queixas da população. Em épocas de inflação elevada ou de políticas monetárias restritivas, os juros podem subir significativamente, tornando o crédito inacessível para muitos cidadãos. Isso, por sua vez, pode afetar negativamente a demanda por bens e serviços e, conseqüentemente, a atividade econômica.

O juro continua se configurando um dos construtos mais polêmicos e debatidos da economia. Sua dualidade, capaz de ser visto tanto como um motor de desenvolvimento quanto como um perpetuador da desigualdade, faz dele uma questão central em qualquer análise econômica.

Destarte, repto consiste em encontrar um equilíbrio que permita que os juros cumpram sua função de incentivar o investimento e o crescimento econômico, sem que sua cobrança excessiva comprometa a justiça social e o bem-estar da população.

Em epítome, será necessário repensar as estruturas financeiras, as políticas monetárias e a própria natureza do regime capitalista, com o objetivo de promover uma economia mais justa e equilibrada.



8

A RELEVANTE ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA



O paradigma econômico pelo britânico John Maynard Keynes no início do século XX, teve um impacto profundo no pensamento econômico global, especialmente nas décadas que se seguiram à Grande Depressão de 1929. A sua abordagem, que defende a intervenção do Estado para garantir o pleno emprego e o equilíbrio econômico, influenciou fortemente a política econômica de diversos países, incluindo o Brasil.

A República, ao longo de sua história, vivenciou uma constante oscilação entre modelos de mercado liberal e intervenções estatais, com o Keynes desempenhando um papel essencial no desenvolvimento das políticas econômicas brasileiras.

A Associação Keynesiana Brasileira (AKB), fundada em 1985, é um exemplo claro da presença e relevância das ideias keynesianas no cenário econômico nacional. Desde sua criação, a AKB tem sido um ponto de encontro para economistas, acadêmicos, estudantes e outros profissionais interessados em debater e aplicar a doutrina à realidade brasileira.

Destarte, a entidade não só promove o entendimento da teoria de Keynes, mas também a sua adaptação e implementação dentro das especificidades econômicas do Brasil, um país marcado por desigualdades regionais, altos índices de pobreza e um sistema econômico com várias vulnerabilidades estruturais.

A história do Brasil no século XX é repleta de momentos que exigiram a adoção de políticas keynesianas. Durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil buscou, como muitos países, a reconstrução de sua economia.

A partir da década de 1950, com a presidência de Juscelino Kubitschek, o país se lançou em um ambicioso processo de desenvolvimento econômico com o lema “cinquenta anos em cinco”. As políticas de investimento em infraestrutura, a criação de empresas estatais e a ampliação do crédito e do consumo são exemplares da aplicação prática de ideias keynesianas para promover o crescimento e a industrialização.

O impacto do keynesianismo no Brasil foi também evidente durante os anos 1960 e 1970, quando o país experimentou um ciclo de crescimento econômico sustentado, mas também enfrentou sérias dificuldades, como a alta inflação e a dependência de capital externo. A teoria keynesiana foi usada para justificar políticas de controle da inflação, estabilização da economia e incentivo à demanda agregada.

As crises do petróleo, o endividamento externo e a inflação galopante nos anos seguintes exigiram novas abordagens e adaptações das políticas keynesianas à realidade brasileira, mantendo sempre o foco na necessidade de intervenção estatal para assegurar o bem-estar da população.

No entanto, a década de 1980 trouxe um desafio novo: a crise da dívida externa e a hiperinflação, que levou o Brasil a buscar alternativas para estabilizar sua

economia. Nesse período, a Associação Keynesiana Brasileira teve um papel importante, ao promover debates sobre a eficácia das políticas econômicas e sugerir novas abordagens para a resolução dos problemas econômicos do país.

A AKB não só foi um fórum de crítica às políticas neoliberais que começaram a ganhar força em todo o mundo, mas também se apresentou como um defensor da ideia de que o Estado deve desempenhar um papel ativo na economia, com vistas à promoção do desenvolvimento e da justiça social.

Nos anos 1990, com a adoção de políticas neoliberais e a abertura do mercado brasileiro, houve uma diminuição da influência do keynesianismo, especialmente com a introdução do plano real e a estabilização da moeda. A nova orientação econômica buscou controlar a inflação por meio de políticas monetárias rigorosas, enquanto o mercado se via como o principal motor do crescimento.

No entanto, a década de 2000 assistiu a um renascimento das ideias keynesianas no Brasil, especialmente com a chegada do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que adotou uma série de políticas de redistribuição de renda e de incentivo à demanda interna, utilizando-se de uma forte intervenção estatal.

A crise financeira global de 2008 foi outro momento de fortalecimento das ideias keynesianas em todo o mundo. A crise, que afetou de forma dramática os países desenvolvidos, trouxe novamente à tona a necessidade de políticas fiscais expansionistas e de estímulo à demanda agregada.

O Brasil, por meio de políticas contracíclicas, como o aumento dos gastos públicos e a ampliação do crédito, seguiu, ainda que parcialmente, as orientações keynesianas. Embora o país não tenha enfrentado a crise de maneira tão dramática quanto outras economias, as políticas adotadas foram um reflexo das lições de Keynes sobre a importância da intervenção do Estado em tempos de recessão.

A Associação Keynesiana Brasileira, ao longo de sua trajetória, tem sido fundamental para a promoção do debate sobre essas questões. A AKB realiza seminários, encontros e publicações que têm sido uma referência para estudiosos e políticos que buscam entender e aplicar as ideias de Keynes no contexto brasileiro.

Ademais disso, a associação tem se posicionado de maneira crítica em relação a políticas que não priorizam o pleno emprego, o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais, que são algumas das principais bandeiras do keynesianismo.

Em tempos recentes, o país enfrenta uma nova conjuntura econômica, com desafios como a alta taxa de desemprego, o aumento da dívida pública e as dificuldades fiscais. A retomada do debate sobre as políticas keynesianas no Brasil é, portanto, mais relevante do que nunca.

Destarte, a Associação Keynesiana Brasileira segue sendo uma voz ativa nes-

se debate, defendendo que a economia não deve ser guiada apenas pela lógica de mercado, mas também por uma visão mais ampla que leve em consideração as necessidades sociais, a promoção do bem-estar e a justiça econômica.

Em epítome, a Associação Keynesiana Brasileira desempenha um papel crucial na preservação e adaptação das ideias de John Maynard Keynes ao contexto brasileiro. Por meio de sua atuação, a AKB contribui para o aprofundamento do entendimento das teorias econômicas e para a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades.

O legado do economista, com sua ênfase na intervenção estatal e na importância de uma economia orientada para o bem-estar social, continua sendo uma importante referência para o Brasil em tempos de crise e desafios econômicos.



9

ECONOMIA DO LAZER



A Economia do Lazer se constitui em área epistêmica que se concentra na análise do consumo de atividades de lazer e seu impacto na economia. Ela envolve não apenas as indústrias diretamente relacionadas ao entretenimento e ao tempo livre, como turismo, esportes e cultura, mas também considera como esses gastos influenciam as dinâmicas sociais e econômicas em diversas escalas.

Outrossim, o Lazer, entendido como uma atividade realizada de forma voluntária e com prazer, tem ganhado destaque nas últimas décadas devido à crescente valorização do tempo livre. À medida que as sociedades evoluem, especialmente nas economias mais desenvolvidas, o tempo dedicado ao trabalho e ao consumo de produtos e serviços relacionados ao lazer tem aumentado.

Esse fenômeno está intimamente ligado ao aumento da qualidade de vida, à urbanização e à valorização do bem-estar, o que resulta na expansão de novos mercados e oportunidades de consumo.

Um dos principais motores da economia do lazer é o turismo, que envolve uma ampla gama de serviços e produtos, incluindo transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, e as atividades culturais e recreativas nas quais os turistas se engajam.

As vilegiaturas de lazer, seja para destinos próximos ou distantes, movimentam bilhões de dólares globalmente e sustentam milhares de empregos em diferentes setores.

A relação entre lazer e turismo é simbiótica, porquanto as pessoas buscam destinos que atendam suas necessidades de descanso, cultura e entretenimento, enquanto os destinos competem para oferecer experiências que atraem visitantes.

Ademais do turismo, o setor de entretenimento também desempenha um papel crucial na economia do lazer. O cinema, a música, os esportes e os jogos digitais são atividades que têm gerado receitas consideráveis e promovido novas formas de interação social. O crescente consumo de conteúdo digital por meio de plataformas de streaming tem transformado a forma como as pessoas consomem entretenimento, criando oportunidades de negócios e alterando os padrões de consumo.

A indústria dos jogos eletrônicos, à guisa de exemplo, vem se expandido rapidamente, tornando-se uma das maiores do mundo em termos de faturamento, superando até mesmo o cinema em alguns mercados.

No entanto, a economia do lazer não é apenas sobre a geração de lucro. Ela também tem implicações sociais e culturais importantes.

O acesso ao lazer está ligado a questões de classe social, com diferentes grupos tendo acesso a oportunidades de lazer com base na renda, localização e preferências culturais. Políticas públicas voltadas para a democratização do lazer, como

a criação de espaços públicos, a promoção de atividades culturais gratuitas e o incentivo a modalidades esportivas acessíveis, são fundamentais para garantir que o lazer seja uma experiência inclusiva.

Ademais, a análise econômica do lazer também envolve a compreensão dos efeitos multiplicadores do gasto com o lazer. Cada real gasto em atividades de lazer gera uma cadeia de consumo em diversos setores da economia, como transporte, alimentação, vestuário e infraestrutura. Em algumas regiões, o lazer se tornou uma indústria vital para o desenvolvimento econômico local, especialmente em cidades que se especializam em turismo cultural, esportivo ou de eventos.

Em epítome, a evolução da economia do lazer está diretamente relacionada à mudança nos estilos de vida e nas percepções sobre o tempo livre. O crescente interesse por experiências autênticas e personalizadas, o desejo de maior conexão social e o aumento da preocupação com o bem-estar mental e físico estão redefinindo as tendências no consumo de lazer.

Com isso, novas formas de lazer, mais conectadas com o meio ambiente e com a saúde, como o ecoturismo e atividades ao ar livre, têm ganhado protagonismo.

Por final, a Economia do Lazer, campo sobremais dinâmico, reflete a transformação das sociedades modernas. Ela abrange não apenas os aspectos financeiros e comerciais, mas também os aspectos sociais e culturais que influenciam a forma como as pessoas utilizam o seu tempo livre.

O Lazer, como um direito e uma forma de expressão cultural, continua a desempenhar um papel essencial na definição da qualidade de vida e no fomento ao crescimento econômico.



10

PLANEJAMENTO ECONÔMICO



Em primeiro lugar, o planejamento econômico se configura instrumento essencial para a organização e o desenvolvimento sustentável de uma nação, empresa ou qualquer entidade que busque otimizar seus recursos e alcançar objetivos estratégicos de longo prazo. Trata-se de um processo que envolve a definição de metas, a alocação eficiente de recursos e a execução de políticas que visam promover o crescimento econômico, a estabilidade e a equidade social.

Historicamente, o planejamento econômico tem sido utilizado em diferentes contextos, desde economias centralizadas até modelos mais flexíveis em sistemas de mercado. No século XX, países socialistas adotaram planejamentos altamente centralizados, como o modelo soviético, no qual o Estado determinava metas de produção e consumo. Já em economias mistas, como a de diversos países ocidentais, o planejamento assume uma forma mais indicativa, onde o governo orienta e regula o mercado sem eliminar a livre iniciativa.

De outro vértice, o planejamento pode ser dividido em curto, médio e longo prazo. O planejamento de curto prazo foca na resolução de problemas imediatos, como crises econômicas e ajustes fiscais. O de médio prazo busca equilibrar crescimento e estabilidade, muitas vezes por meio de planos plurianuais que direcionam investimentos públicos e privados. Já o planejamento de longo prazo envolve estratégias estruturais para o desenvolvimento sustentável, como políticas de inovação, educação e infraestrutura.

No entanto, entre as técnicas do planejamento econômico, avultam os planos nacionais de desenvolvimento, a política fiscal, a política monetária e os incentivos governamentais. Os planos nacionais definem diretrizes estratégicas para setores-chave, enquanto a política fiscal regula os gastos públicos e a arrecadação de impostos para garantir equilíbrio econômico. A política monetária, por sua vez, influencia a oferta de dinheiro e as taxas de juros, impactando diretamente a inflação e o crescimento.

Ademais disso, incentivos governamentais, como subsídios e isenções fiscais, podem direcionar investimentos para setores prioritários.

No mesmo passo, o sucesso do planejamento econômico depende de fatores como governança eficiente, previsibilidade das políticas e participação dos agentes econômicos. Erros no planejamento, como metas irrealistas ou intervenções excessivas, podem gerar distorções, desperdício de recursos e crises financeiras.

Por outro lado, planos bem-sucedidos, como o Plano Real, mostram como um planejamento bem estruturado pode estabilizar a economia e impulsionar o crescimento.

Destarte, o planejamento econômico continua se constituindo em pilar fundamental para qualquer sociedade que busca progresso e desenvolvimento susten-

tável.

Em epítome, com um equilíbrio adequado entre intervenção estatal e liberdade de mercado, configura-se exequível promover crescimento econômico, distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida.



11

HISTÓRIA ECONÔMICA



A história econômica examina a evolução das economias ao longo do tempo, focando em como as sociedades se organizaram para produzir, distribuir e consumir bens e serviços. Trata-se de uma disciplina interdisciplinar, que combina elementos da economia, da história, da sociologia, da política e da antropologia para entender os processos que moldaram a riqueza, a pobreza, o desenvolvimento e a desigualdade nas diversas civilizações ao longo dos séculos.

Desde as primeiras formas de organização econômica até os complexos sistemas globais atuais, a história econômica reflete as transformações das sociedades e das estruturas de poder, ao mesmo tempo que é influenciada pelas condições naturais e culturais de cada região. Para compreender a história econômica de forma profunda, é essencial observar a interação entre os fatores econômicos e os eventos históricos que os rodeiam.

As primeiras formas de economia remontam à era pré-histórica, quando os seres humanos viviam em sociedades nômades baseadas na caça, pesca e coleta. À medida que os grupos humanos começaram a se fixar e a desenvolver práticas agrícolas, novas formas de organização social e econômica emergiram. A Revolução Neolítica, que ocorreu por volta de 10.000 a.C., marcou a transição de uma economia de subsistência para uma economia produtiva, na qual a agricultura permitiu o armazenamento de excedentes alimentares e o surgimento das primeiras trocas comerciais.

Com o tempo, as primeiras cidades-estados começaram a surgir, especialmente no Oriente Médio, como nas regiões da Mesopotâmia, do Egito e do Vale do Indo. Essas primeiras civilizações organizaram seus sistemas econômicos em torno da agricultura, mas também desenvolveram mercados urbanos, comércio inter-regional e uma variedade de ofícios, como a metalurgia e a cerâmica. O comércio, especialmente entre diferentes regiões, impulsionou a utilização de moedas, inicialmente metálicas, como forma de facilitar as trocas.

Um dos períodos mais emblemáticos da história econômica ocidental foi o Império Romano. Durante o auge de sua expansão, Roma dominou vastas regiões da Europa, do Norte da África e do Oriente Médio. A economia romana era caracterizada por uma grande diversidade de atividades, desde a agricultura, na qual as grandes propriedades latifundiárias desempenhavam um papel central, até o comércio marítimo, que conectava o Império Romano com outras partes do mundo antigo. A utilização de uma moeda comum e um sistema legal eficiente ajudaram a criar um ambiente econômico relativamente estável.

Entretanto, a economia romana também enfrentou desafios, como a crescente dependência de mão de obra escrava e a sobrecarga fiscal, que contribuíram para a crise do Império no século III d.C.

Não obstante, o legado romano na organização econômica, no direito e nas infraestruturas comerciais teve um impacto duradouro no desenvolvimento das economias posteriores.

Após a queda do Império Romano, o período medieval viu o surgimento do feudalismo, um sistema econômico baseado na posse de terras e na relação de vassalagem. O feudalismo era predominantemente agrário, com a maior parte da produção concentrada no campo. As trocas comerciais eram limitadas, mas com o tempo começaram a surgir centros urbanos, como as cidades mercantis da Itália, França e Alemanha, que gradualmente recuperaram o comércio a longa distância.

Na Idade Média, a Igreja Católica também desempenhou um papel fundamental na economia, não apenas em termos de produção agrícola, mas também como um grande proprietário de terras. Além disso, o surgimento dos bancos medievais e o uso de letras de câmbio ajudaram a facilitar o comércio e a criação de crédito.

A partir do século XI, com o renascimento do comércio entre a Europa e o Oriente Médio, iniciou-se um processo de expansão comercial conhecido como Revolução Comercial. A busca por novas rotas de comércio, como as viagens de Cristóvão Colombo e Vasco da Gama, levou à descoberta do Novo Mundo e ao estabelecimento de um império colonial europeu. O ouro e a prata das Américas, assim como o aumento do comércio de especiarias e tecidos com o Oriente, enriqueceram a Europa e estimularam o crescimento do capitalismo.

Esse período também foi marcado pela ascensão do capitalismo mercantil, com a emergência de uma classe burguesa urbana, que passou a controlar a produção e o comércio, desafiando as estruturas tradicionais de poder aristocrático. A invenção de novas formas de financiamento, como as sociedades anônimas e os mercados financeiros, impulsionou o crescimento de uma economia mais integrada e globalizada.

O século XVIII foi um marco decisivo na história econômica mundial, com o advento da Revolução Industrial. Este processo transformou as economias agrárias em economias industriais, com o uso crescente de máquinas, como o tear mecânico e a locomotiva a vapor, que revolucionaram a produção e os transportes. A invenção de novas tecnologias e a utilização de combustíveis fósseis, como o carvão, possibilitaram uma produção em massa nunca vista.

A Revolução Industrial teve profundas implicações sociais e econômicas. O surgimento das fábricas e o crescimento das cidades industriais criaram novas formas de trabalho, muitas vezes caracterizadas por jornadas longas, condições precárias e exploração da mão de obra, incluindo mulheres e crianças. Por outro lado, essa transformação gerou um aumento significativo da produção e do comércio,

o que levou ao surgimento de mercados globais e à criação de novos mercados financeiros.

O século XX foi um período de grandes turbulências e transformações econômicas, impulsionadas pelas duas Guerras Mundiais, pela Grande Depressão e pelo advento do Estado de Bem-Estar Social. A Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial levaram à destruição de vastas áreas da Europa, o que exigiu enormes esforços de reconstrução econômica. Durante esse período, o papel do Estado na economia se expandiu consideravelmente, com a implementação de políticas de proteção social, saúde pública, educação e infraestrutura.

A Grande Depressão de 1929, que afetou gravemente as economias ocidentais, foi um marco que levou a uma reavaliação das políticas econômicas liberais. O keynesianismo, defendido por economistas como John Maynard Keynes, propunha a intervenção do governo na economia para estimular a demanda agregada e combater a recessão. Esse modelo de políticas públicas teve grande influência na organização econômica das décadas seguintes, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, quando muitas economias adotaram políticas de planejamento centralizado e proteção social.

Na segunda metade do século XX e no início do século XXI, a economia mundial testemunhou uma crescente globalização. O comércio internacional se expandiu enormemente, com a diminuição das barreiras comerciais e a ascensão de blocos econômicos, como a União Europeia e a Organização Mundial do Comércio. O avanço da tecnologia, especialmente a revolução digital, transformou as economias em grande escala, com o surgimento de novas indústrias, como a informática, a biotecnologia e a economia do conhecimento.

Hoje, a história econômica continua a se desdobrar, com novos desafios como a desigualdade econômica, as mudanças climáticas e as tensões geopolíticas que impactam a economia global. O estudo da história econômica, portanto, é fundamental para entender não apenas o passado, mas também as dinâmicas que moldam o presente e as possíveis direções para o futuro.

A história econômica revela como os processos de produção, consumo, troca e distribuição de riquezas mudaram ao longo dos séculos, refletindo as transformações políticas, sociais e culturais das sociedades. Compreender esses processos ajuda a analisar não apenas os eventos passados, mas também as tendências econômicas contemporâneas e os desafios que as sociedades enfrentarão no futuro.

Em epítome, a história econômica se configura essencial não só para o estudo do transato, mas também para a formação de políticas públicas mais eficientes e a construção de um futuro mais justo e equilibrado para a humanidade.



12

NA GLOBALIZAÇÃO, O CONSUMO PAUTA AS RELAÇÕES SOCIAIS



Em primeiro lugar, na era da globalização, marcada pela intensa circulação de informações, bens e valores simbólicos, o consumo deixou de ser apenas uma prática ligada à necessidade material e passou a desempenhar um papel central na configuração das relações sociais. Cada vez mais, o indivíduo é reconhecido, avaliado e inserido em grupos não por seus princípios éticos, talentos ou vínculos profissionais, mas por aquilo que consome – seja em forma de produtos, marcas, experiências ou estilos de vida.

O pertencimento social, antes construído em torno de vínculos comunitários, culturais ou mesmo profissionais, hoje se orienta majoritariamente pelas afinidades de consumo.

Destarte, nesse novo cenário, até mesmo o coleguismo profissional – laço tradicionalmente sustentado pela convivência no ambiente de trabalho e pela solidariedade entre pares – cede espaço à lógica do consumo. Colegas deixam de se conectar apenas por funções em comum ou pelo objetivo coletivo da organização, e passam a se aproximar ou se afastar conforme gostos pessoais, marcas preferidas, destinos de viagem, ações alimentares ou estéticas.

Em muitos ambientes, o que gera afinidade não é o comprometimento profissional ou o desempenho técnico, mas sim o alinhamento com determinados estilos de consumo que se tornam critérios implícitos de aceitação e status.

Em última análise, as redes sociais digitais potencializam esse fenômeno, funcionando como vitrines simbólicas em que o indivíduo se apresenta ao mundo por meio do que consome. Mostrar a roupa de uma grife, a experiência gastronômica refinada ou o mais recente gadget tecnológico se tornou uma maneira de atrair reconhecimento e pertencimento.

Nesse contexto, a afinidade social, inclusive no espaço de trabalho, torna-se menos uma questão de valores compartilhados e mais uma questão de compatibilidade estética e simbólica. A ética do consumo se sobrepõe à ética da convivência.

Por conseguinte, essa lógica traz implicações preocupantes. O estreitamento das relações humanas aos critérios de consumo exclui quem não tem acesso aos bens ou à linguagem simbólica dominante. Gera-se uma forma sutil de segregação social, em que o valor do indivíduo é medido por sua capacidade de acompanhar padrões impostos por um mercado globalizado e, muitas vezes, excludente. Profissionais competentes podem ser marginalizados não por sua “performance”, mas por não pertencerem a um determinado círculo de consumo.

A meritocracia, já questionada em diversos contextos, torna-se ainda mais frágil diante da crescente valorização do consumo como chave das relações humanas.

Destarte, compreender que o consumo tem pautado as relações sociais na globalização implica reconhecer transformação profunda nas estruturas de convivên-

cia.

Em epítome, o que antes era regido por vínculos sociais, culturais e profissionais mais sólidos, hoje se fragiliza diante da superficialidade dos laços mediados por preferências de consumo.

Por final, essa realidade exige reflexão crítica: será possível resgatar a centralidade do humano e da convivência ética em um mundo onde a aparência e o poder de compra se tornaram critérios determinantes de pertencimento?



13

BANCO CENTRAL - O GUARDIÃO DA MOEDA



Primeiramente, em toda economia moderna, a estabilidade da moeda e a confiança no sistema financeiro são pilares fundamentais para o crescimento sustentável e o bem-estar da sociedade. Neste cenário, o Banco Central desempenha um papel decisivo como guardião da moeda, sendo responsável pela formulação e execução da política monetária, pela supervisão do sistema financeiro, pela gestão das reservas internacionais e pelo controle da inflação.

No Brasil, o Banco Central do Brasil (BCB), criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, surgiu com a missão de centralizar funções que antes estavam dispersas entre o Banco do Brasil, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o Tesouro Nacional. Sua criação marcou um momento de reestruturação institucional e de fortalecimento da autoridade monetária, num período de intensa transformação econômica e política. Desde então, o BCB assumiu a função de emissor exclusivo da moeda nacional, o real, e passou a ser o principal responsável pela condução da política monetária com o objetivo de assegurar o poder de compra da moeda.

Outrossim, a estabilidade de preços tornou-se seu principal mandato, porquanto a inflação, especialmente em países com histórico de descontrole monetário, como o Brasil, representa um dos maiores riscos à economia, prejudicando a previsibilidade, corroendo salários e ampliando a desigualdade social. Para cumprir esse papel, o Banco Central utiliza principalmente a taxa básica de juros, a Selic, como instrumento de política monetária.

Por meio de suas reuniões periódicas, o Comitê de Política Monetária (COPOM) decide se a taxa será aumentada, reduzida ou mantida, conforme a conjuntura econômica. A decisão considera diversos indicadores, como inflação corrente, projeções futuras, nível de atividade, câmbio, conjuntura internacional e política fiscal.

O uso da taxa Selic afeta diretamente o custo do crédito, o consumo das famílias, o investimento das empresas e, por consequência, o nível de atividade econômica. Quando há pressões inflacionárias, o BCB tende a elevar os juros para conter o consumo e a expansão da demanda; quando a inflação está sob controle e o crescimento é tímido, pode reduzi-los para estimular a economia.

O sucesso da política monetária, no entanto, não depende apenas das decisões técnicas. A credibilidade do Banco Central, ou seja, a confiança que o mercado e a sociedade depositam na sua capacidade de cumprir sua missão, é um fator determinante. Quanto maior a confiança na atuação da instituição, menor é a necessidade de intervenções agressivas, pois as expectativas inflacionárias já se ajustam com base nas sinalizações do próprio Banco.

Para fortalecer essa credibilidade, um marco importante foi a conquista da

autonomia formal do Banco Central, sancionada em 2021 por meio da Lei Complementar nº 179. Com a autonomia, o presidente e os diretores do BCB passaram a ter mandatos fixos e não coincidentes com os do Presidente da República, o que reduziu a interferência política direta nas decisões da política monetária. Essa medida aproximou o Brasil das melhores práticas internacionais e reforçou o compromisso institucional com a estabilidade.

Ademais de sua função como formulador da política monetária, o Banco Central também exerce papel crucial na regulação e supervisão do sistema financeiro nacional. Ele autoriza o funcionamento de bancos, monitora suas operações, assegura a solidez das instituições e atua para prevenir crises financeiras. Em momentos de turbulência, o BCB atua como emprestador de última instância, oferecendo liquidez ao sistema e impedindo que choques pontuais se transformem em colapsos sistêmicos.

Outro papel relevante consiste na gestão das reservas internacionais do país, que são ativos em moedas estrangeiras utilizados para enfrentar choques externos, garantir estabilidade cambial e transmitir confiança ao mercado. O Banco Central decide sobre a composição, alocação e volume dessas reservas, de modo a proteger a economia brasileira em cenários adversos.

Todavia, mais recentemente, o Banco Central tem se destacado por sua atuação inovadora e digital. Um exemplo notável é a criação do PIX, sistema de pagamentos instantâneos lançado em 2020. O PIX revolucionou a forma como os brasileiros fazem transferências, eliminando tarifas para pessoas físicas, funcionando 24 horas por dia, inclusive em feriados, e promovendo inclusão financeira e competição entre bancos.

Outro avanço é o desenvolvimento do Real Digital, versão digital da moeda nacional, ainda em fase experimental. O objetivo é modernizar o sistema monetário e preparar o país para o futuro das finanças digitais, mantendo a segurança e a confiança associadas ao dinheiro emitido por autoridade pública.

A instituição também lançou a agenda BC#, um conjunto de diretrizes estratégicas que visa promover inclusão, sustentabilidade, educação financeira, competitividade e transparência. Tais medidas reforçam o compromisso do Banco Central com um sistema financeiro mais aberto, acessível e resiliente.

Em epítome o Banco Central é uma instituição fundamental para o funcionamento da economia brasileira. Sua atuação técnica e independente permite que políticas públicas sejam implementadas com foco na estabilidade de preços, na solidez do sistema bancário e na proteção do valor da moeda. Ao longo de décadas, sua evolução institucional foi acompanhada por avanços normativos e tecnológicos que fortaleceram sua posição como pilar do Estado.

Em um mundo cada vez mais interconectado, digital e sujeito a volatilidades, o papel do guardião da moeda torna-se ainda mais desafiador e indispensável. É sua responsabilidade assegurar que o dinheiro que circula na economia mantenha seu valor ao longo do tempo, protegendo os cidadãos dos efeitos corrosivos da inflação e garantindo as condições para o crescimento sustentável.

Por final, aplicando decisões firmes, comunicação transparente e capacidade de inovação, o Banco Central do Brasil segue cumprindo seu mandato, consolidando-se como uma das instituições mais respeitadas do país e reafirmando seu papel como o verdadeiro guardião da moeda nacional.



14

**FOMENTO À PESQUISA
- TÉCNICA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

Inicialmente, a promoção da pesquisa científica e tecnológica constitui, indubitavelmente, uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico sustentável e duradouro em países que buscam elevar sua competitividade, reduzir desigualdades sociais e diversificar suas matrizes produtivas. O fomento à pesquisa vai além do incentivo à produção de conhecimento; trata-se de um investimento estratégico na capacidade de inovação, no fortalecimento da indústria nacional e na formação de capital humano qualificado.

Ao longo das últimas décadas, o papel da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) tem sido constantemente reafirmado como alicerce para o progresso econômico, especialmente em contextos marcados por rápidas transformações tecnológicas e sociais.

No entanto, do ponto de vista histórico, as nações que mais se destacaram no cenário econômico global foram aquelas que souberam articular políticas robustas de fomento à pesquisa com estratégias de desenvolvimento industrial e educacional. A experiência de países como Estados Unidos, Alemanha, Coreia do Sul e China demonstra que o fortalecimento dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia está diretamente associado ao aumento da produtividade, à sofisticação da base industrial e à criação de novos setores econômicos.

Esses países compreenderam que a pesquisa não pode ser tratada como um custo, mas como um investimento de alto retorno, com impactos significativos na geração de riqueza, empregos qualificados e avanços sociais.

De sua parte, no Brasil, o fomento à pesquisa tem enfrentado desafios estruturais, apesar da existência de instituições consolidadas como o CNPq, a CAPES e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) nos estados. Embora o país conte com uma comunidade científica reconhecida internacionalmente e produza ciência de qualidade, o investimento público e privado em pesquisa e desenvolvimento (P&D) ainda é proporcionalmente baixo quando comparado a economias mais desenvolvidas. Isso tem limitado o potencial de inovação do setor produtivo, contribuído para a dependência tecnológica e restringido a inserção competitiva do país nas cadeias globais de valor.

Destarte, o fomento à pesquisa deve ser compreendido como uma política de Estado e não apenas de governo. A continuidade e o fortalecimento de programas de apoio à pesquisa básica e aplicada são fundamentais para criar um ambiente estável e previsível, que favoreça o planejamento de longo prazo por parte das universidades, institutos de pesquisa e empresas inovadoras.

Ademais disso, é necessário promover a articulação entre os setores acadêmico, empresarial e governamental – a chamada tríplice hélice da inovação – como meio de transformar o conhecimento gerado em soluções concretas para os desa-

fios da sociedade e da economia.

As universidades, por sua vez, desempenham papel central nesse processo, não apenas pela formação de recursos humanos qualificados, mas também como núcleos de pesquisa e inovação. Entretanto, para que possam cumprir esse papel de forma plena, é preciso garantir financiamento adequado, autonomia acadêmica e condições estruturais que permitam a continuidade e a ampliação de seus projetos científicos.

Ademais disso, é essencial promover a valorização da carreira de pesquisador, com planos de carreira consistentes, bolsas de pesquisa atrativas e incentivos à produção científica de excelência.

A inserção da pesquisa no ambiente produtivo também é um vetor importante do desenvolvimento econômico. Programas como as incubadoras de empresas, parques tecnológicos e os editais de subvenção econômica são exemplos de instrumentos eficazes para aproximar o conhecimento acadêmico das necessidades do mercado.

O estímulo às “startups” e aos empreendimentos de base tecnológica, bem como o fortalecimento das micro e pequenas empresas inovadoras, são caminhos promissores para dinamizar a economia, gerar empregos de qualidade e elevar o grau de sofisticação tecnológica da produção nacional.

Outro ponto essencial está na regionalização do fomento à pesquisa, de modo a promover o desenvolvimento de todas as regiões do país. A descentralização dos investimentos em CT&I contribui para reduzir desigualdades regionais e estimular vocações produtivas locais, respeitando as especificidades econômicas, sociais e culturais de cada território.

Destarte, o fomento à pesquisa torna-se um instrumento não apenas de crescimento econômico, mas também de coesão social e fortalecimento da soberania nacional.

A transição para uma economia baseada no conhecimento requer, portanto, uma visão estratégica e integrada das políticas públicas. O fomento à pesquisa deve estar alinhado com metas de desenvolvimento sustentável, com a transformação digital da economia e com os desafios das mudanças climáticas e da transição energética.

Configura-se fundamental que os investimentos em ciência e tecnologia estejam conectados com as demandas reais da sociedade, ao mesmo tempo em que preservem a liberdade de investigação e a busca pelo conhecimento em sua forma mais pura.

À guisa de conclusão, o fomento à pesquisa representa não apenas uma técnica de desenvolvimento econômico, mas um compromisso com o futuro. Investir

em ciência é investir na capacidade de uma nação se reinventar, superar desafios estruturais e construir um projeto de país mais justo, inovador e competitivo.

Em final, por meio da valorização da pesquisa e da inovação que se torna possível transformar conhecimento em progresso, e progresso em bem-estar para toda a sociedade.



15

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO



Preliminarmente, a relação entre educação e mundo do trabalho se constitui tema central nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento social, econômico e cultural. A educação, entendida como um processo formativo que transcende a mera transmissão de conhecimentos, desempenha papel fundamental na preparação dos indivíduos para o exercício profissional, para o desenvolvimento pessoal e para o exercício da cidadania. Já o mundo do trabalho, marcado por transformações profundas nos últimos anos devido às inovações tecnológicas, à globalização e às novas formas de organização produtiva, impõe desafios que demandam repensar a função social da educação.

Nesse contexto, o diálogo entre esses dois campos revela-se essencial para promover a inclusão social, a equidade e a sustentabilidade econômica.

A educação tradicionalmente foi vista como o caminho para a ascensão social e para a obtenção de um emprego formal. A escolarização oferecia a base para que o indivíduo adquirisse as competências técnicas necessárias para a execução de determinadas funções no mercado de trabalho. Contudo, essa perspectiva, bastante linear, vem se mostrando insuficiente diante das transformações do mundo contemporâneo.

O avanço acelerado das tecnologias digitais, a automação de processos produtivos e a crescente valorização das habilidades socioemocionais exigem uma formação mais ampla e flexível. Assim, a educação precisa se articular ao mundo do trabalho de maneira dinâmica, preparando o estudante para um mercado em constante mudança, onde o aprendizado ao longo da vida é fundamental.

Um dos aspectos mais evidentes dessa necessidade de articulação é a crescente valorização da educação técnica e profissionalizante. Os sistemas educacionais de vários países vêm implementando políticas para aproximar o currículo escolar das demandas do mercado. A oferta de cursos técnicos, estágios supervisionados e programas de aprendizagem integrada são exemplos de iniciativas que buscam dar aos jovens uma vivência prática aliada ao conhecimento teórico.

Essa aproximação permite não apenas uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, mas também contribui para o desenvolvimento de competências específicas que as empresas valorizam, como o trabalho em equipe, a capacidade de resolver problemas e a adaptabilidade.

Por outro lado, é fundamental que essa aproximação não reduza a educação a um mero instrumento de formação técnica e profissional. A escola deve garantir o desenvolvimento integral do indivíduo, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e o senso ético.

Em última análise, o mundo do trabalho contemporâneo demanda profissionais que saibam lidar com a complexidade, que sejam capazes de inovar e que

tenham consciência de seu papel social. A educação, portanto, precisa equilibrar a formação técnica com uma base humanista sólida, que permita ao trabalhador não apenas ser produtivo, mas também exercer sua cidadania plena.

Ademais disso, o contexto socioeconômico em que o estudante está inserido influencia diretamente sua trajetória educativa e profissional. As desigualdades de acesso à educação de qualidade e ao mercado de trabalho ainda são profundas em muitas regiões. A exclusão social e econômica tende a se reproduzir quando o sistema educacional não consegue atender às necessidades específicas de grupos vulneráveis, como jovens de baixa renda, populações indígenas e pessoas com deficiência.

Por conseguinte, políticas públicas que promovam a inclusão educacional e a qualificação profissional são essenciais para garantir que a educação seja um fator de mobilidade social e não um mecanismo de perpetuação das desigualdades.

Outro repto crucial na interface entre educação e trabalho está relacionado às mudanças na organização do trabalho. Modelos produtivos mais flexíveis, como o trabalho remoto, o empreendedorismo digital e as formas de trabalho informal, têm ampliado o leque de possibilidades para os trabalhadores.

No entanto, essas novas modalidades também trazem inseguranças e demandam habilidades específicas, como o uso de tecnologias digitais, a autonomia e a gestão do próprio tempo. Nesse cenário, a educação deve incorporar essas novas competências em seus currículos e oferecer suporte aos estudantes para que possam navegar com segurança e sucesso nesse ambiente em transformação.

Importa destacar, ainda, o papel das instituições de ensino superior nesse contexto. A universidade, enquanto espaço de produção do conhecimento e de formação avançada, tem a responsabilidade de formar profissionais preparados para as demandas do mercado, mas também críticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

A interlocução entre universidade, empresas e governo é fundamental para construir políticas educacionais que atendam às necessidades econômicas, mas que também promovam a inovação, a pesquisa aplicada e a formação cidadã.

No âmbito das políticas públicas, o repto consiste em construir sistemas educativos integrados às estratégias de desenvolvimento econômico e social. Isso implica em articular a educação básica, técnica e superior, criando caminhos flexíveis e que respeitem a diversidade dos perfis e interesses dos estudantes.

Ademais disso, é imprescindível investir em formação continuada para os trabalhadores, garantindo a atualização constante de suas competências diante das mudanças tecnológicas e organizacionais.

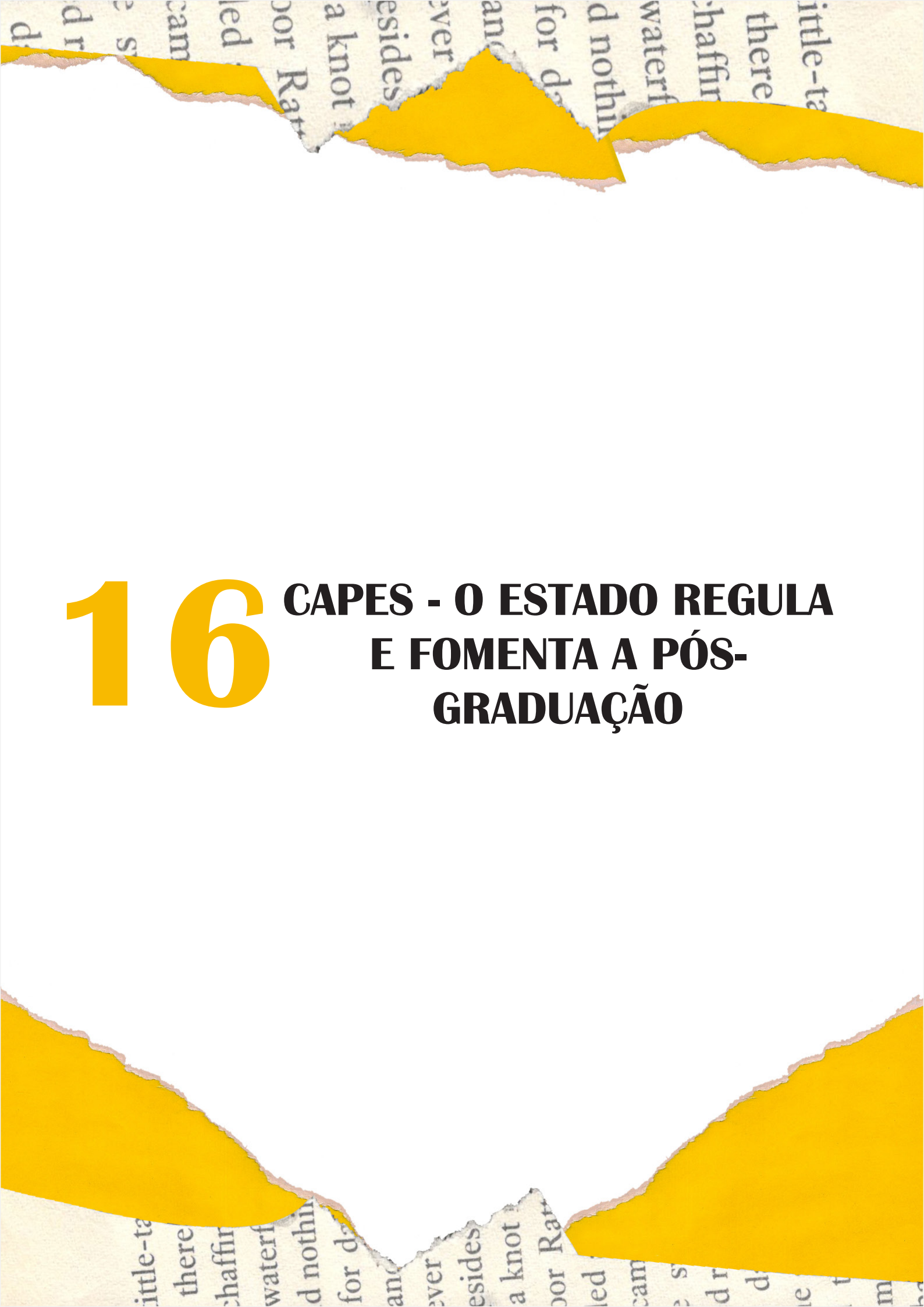
A pandemia de Covid-19 evidenciou ainda mais a importância dessa relação

entre educação e trabalho. O fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto revelaram as desigualdades no acesso às tecnologias e na qualidade do ensino, impactando diretamente a preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

Simultaneamente, a crise econômica gerada pela pandemia mostrou a necessidade de profissionais adaptáveis e qualificados para enfrentar novas demandas e oportunidades. A recuperação econômica pós-pandemia passa, portanto, por investimentos em educação que fortaleçam essa conexão com o mundo do trabalho.

Em epítome, a educação e o mundo do trabalho estão intrinsecamente ligados e precisam estabelecer um diálogo contínuo e equilibrado. A educação deve preparar indivíduos para um mercado de trabalho em transformação, oferecendo não apenas habilidades técnicas, mas também competências socioemocionais, pensamento crítico e senso ético. Ao mesmo tempo, o mundo do trabalho precisa valorizar a formação integral do trabalhador, garantindo condições justas e estimulando a inovação e a sustentabilidade. Para que esse diálogo seja efetivo, é necessário o comprometimento de todos os atores sociais — governos, instituições de ensino, empresas e sociedade civil — em construir políticas e práticas que promovam a inclusão, a equidade e o desenvolvimento humano e econômico.

Por final, a educação cumprirá seu papel fundamental de transformar vidas e sociedades, preparando as novas gerações para os desafios e oportunidades do século XXI.



16

CAPES - O ESTADO REGULA E FOMENTA A PÓS- GRADUAÇÃO

Isagogicamente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) constitui uma das mais relevantes instituições brasileiras, voltando-se à regulação e ao fomento da pós-graduação. Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a CAPES foi criada em 1951 com a missão de estruturar e promover a formação de recursos humanos altamente qualificados, fundamentais para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico do país.

Desde sua criação, a instituição tem evoluído em consonância com as necessidades nacionais, adotando práticas de regulação, avaliação e fomento que posicionaram o Brasil como um dos países com sistema de pós-graduação mais consolidado da América Latina.

O papel da CAPES como reguladora manifesta-se por meio de sua atuação no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que compreende os programas de mestrado e doutorado reconhecidos em território nacional. A instituição define os critérios de funcionamento desses cursos, estabelece diretrizes curriculares, orienta a formação do corpo docente e avalia periodicamente a qualidade acadêmica dos programas.

Por conseguinte, essa função avaliativa é uma das marcas registradas da CAPES: os programas são avaliados com base em critérios como produção científica, infraestrutura, inserção social, formação discente e impacto do conhecimento gerado. A avaliação é realizada a cada quatro anos e tem como resultado o fornecimento de conceitos (de 1 a 7), que definem desde a continuidade de um curso até a ampliação de seu financiamento.

No que tange ao fomento, a CAPES atua na concessão de bolsas de estudo e no apoio financeiro a instituições e programas de pós-graduação. As bolsas – de mestrado, doutorado e pós-doutorado – são instrumentos essenciais para a permanência dos discentes e para o estímulo à dedicação exclusiva à pesquisa. Por meio desses recursos, a CAPES promove a democratização do acesso ao ensino de excelência, especialmente para estudantes de regiões menos favorecidas e de grupos historicamente marginalizados.

Ademais disso, a fundação apoia editais voltados à internacionalização da pesquisa, ao fortalecimento das redes de cooperação científica e ao estímulo à inovação e à interdisciplinaridade.

Outro instrumento estratégico da CAPES é o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que guia as políticas públicas do setor. O plano, elaborado em ciclos de médio prazo, estabelece metas e diretrizes para a expansão, qualificação e descentralização da pós-graduação. A versão mais recente do PNPG, prevista para o período de 2024 a 2028, concentra-se em desafios centrais como a redução das desigualdades regionais, o incentivo à produção científica aplicada, a valori-

zação de áreas estratégicas para a República e a promoção da equidade no acesso ao conhecimento. O plano também incorpora diretrizes contemporâneas, como o estímulo à ciência aberta, à diversidade acadêmica e à inserção dos programas na resolução de problemas sociais concretos.

Conquanto a sua importância e dos avanços alcançados, a CAPES enfrenta desafios consideráveis. O primeiro deles é a necessidade de garantir estabilidade orçamentária e política para manter e expandir as ações de fomento. Cortes recorrentes de verbas públicas têm ameaçado a continuidade de diversos programas, afetando diretamente a formação de pesquisadores e a qualidade das pesquisas desenvolvidas.

Outro repto diz respeito à adaptação das políticas de avaliação às novas realidades científicas, que exigem modelos mais flexíveis, multidimensionais e sensíveis às particularidades das diferentes áreas do conhecimento. Além disso, a CAPES tem buscado ampliar sua atuação na promoção da equidade racial, de gênero e regional, com iniciativas que visam não apenas incluir, mas também valorizar a diversidade na produção científica brasileira.

No entanto, a “performance” internacional da CAPES também merece destaque. A fundação mantém acordos de cooperação com instituições estrangeiras, promove programas de mobilidade acadêmica e estimula a participação de pesquisadores brasileiros em redes internacionais de pesquisa. A internacionalização é vista como estratégia para fortalecer a qualidade da produção científica nacional, aumentar a visibilidade das universidades brasileiras e promover a troca de conhecimentos em escala global.

Todavia, tais iniciativas requerem investimento contínuo e políticas articuladas com outras esferas do governo, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia e relações exteriores.

Destarte, a CAPES se configura em uma das precípuas expressões da presença do Estado na regulação e no fomento da pós-graduação brasileira. Sua “performance” consolidada ao longo das décadas contribuiu decisivamente para a estruturação de um sistema de pós-graduação robusto, reconhecido internacionalmente e comprometido com a formação de quadros qualificados para a docência, a pesquisa e o desenvolvimento nacional.

Em epítome, a manutenção e o aprimoramento dessa trajetória dependem do reconhecimento, por parte do Estado e da sociedade, da centralidade do conhecimento científico e da educação superior como pilares de uma nação soberana, justa e sustentável.

Por final, mais do que uma agência financiadora, a CAPES representa um projeto de país que valoriza a ciência, a inovação e a formação humana como caminhos para o futuro.



17

A ECONOMIA – OBJETO DA FILOSOFIA



A economia, frequentemente considerada como um campo técnico e prático, voltado à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, revela-se também como um terreno fértil para a investigação filosófica. Desde a Antiguidade, a filosofia tem se debruçado sobre as questões relativas à vida em sociedade, à justiça, à escassez e ao valor — temas que, em essência, estruturam o pensamento econômico. A ideia de que a economia pode (e deve) ser objeto da filosofia não representa uma tentativa de subordinar um campo ao outro, mas sim de compreender que os fenômenos econômicos são inseparáveis das escolhas morais, políticas e ontológicas feitas pelas sociedades.

Platão e Aristóteles já abordavam, ainda que em termos distintos dos atuais, questões que hoje consideramos econômicas. Em “A República”, Platão descreve a cidade ideal e discute a divisão do trabalho como elemento essencial à organização social. Aristóteles, por sua vez, faz distinções entre a “economia” — a gestão doméstica — e a “crematística”, ou a arte de acumular riqueza.

Para o filósofo estagirita, a economia está naturalmente ligada ao bem viver, enquanto a crematística, especialmente quando visa ao lucro pelo lucro, seria contrária à natureza. A partir dessa base clássica, já se esboça a possibilidade de uma crítica filosófica da racionalidade econômica, especialmente quando ela se afasta de finalidades éticas.

No pensamento moderno, com o advento do capitalismo e o surgimento da economia como ciência autônoma, a filosofia não abandona o debate, mas o reformula. Autores como Karl Marx, John Stuart Mill e Adam Smith — este último frequentemente associado à fundação da economia política moderna — inscrevem suas análises em uma moldura filosófica. Smith, por exemplo, antes de escrever *A Riqueza das Nações*, já havia elaborado *A Teoria dos Sentimentos Morais*, obra na qual explora a simpatia como fundamento da vida moral. A noção de “mão invisível”, comumente mal interpretada como defesa de um mercado desregulado, nasce de uma reflexão moral, na qual o comportamento individual pode contribuir, involuntariamente, para o bem comum. Marx, por sua vez, é um exemplo ainda mais explícito da intersecção entre Economia e Filosofia, ao propor uma crítica radical do modo de produção capitalista baseada na alienação, na reificação e nas contradições internas do sistema.

Destarte, a Filosofia se propõe não apenas a refletir sobre os fins da economia, mas também a interrogar suas premissas. O que é valor? Como definir justiça distributiva? Qual o papel da liberdade econômica diante das desigualdades estruturais? Essas são questões que não podem ser respondidas apenas por modelos matemáticos ou estatísticas; elas exigem reflexão conceitual e crítica. A racionalidade instrumental que caracteriza boa parte da teoria econômica contemporânea — voltada à eficiência, maximização e cálculo — muitas vezes oculta decisões

políticas e morais que, embora pareçam neutras, estão carregadas de implicações normativas.

Nesse contexto, a economia comportamental e a economia ecológica são exemplos contemporâneos que reapproximam a economia da filosofia. Ambas contestam a figura do “*homo economicus*” como agente racional maximizador, propondo modelos que consideram a complexidade dos valores humanos, os limites planetários e a interdependência social. A economia ecológica, em particular, se articula com correntes filosóficas como a ética ambiental e a justiça intergeracional, defendendo a necessidade de repensar os fundamentos do crescimento e do desenvolvimento. Trata-se, portanto, de um apelo ao resgate da economia como disciplina moral, no sentido mais amplo do termo.

Por outro lado, a filosofia também se beneficia do diálogo com a economia. A análise das práticas econômicas concretas fornece à filosofia dados para pensar o real, para não se perder em especulações abstratas. A economia oferece um campo empírico no qual ideias como liberdade, justiça, poder e alienação se manifestam de forma contundente. A filosofia política contemporânea, com autores como Amartya Sen, Martha Nussbaum e Nancy Fraser, incorpora a dimensão econômica em suas reflexões, discutindo o papel das capacidades humanas, a redistribuição de recursos e os mecanismos de opressão econômica.

O reconhecimento da economia como objeto legítimo da filosofia implica também uma crítica ao reducionismo economicista que marca parte do pensamento contemporâneo. Quando todas as dimensões da vida humana são reduzidas à lógica do mercado, perde-se a pluralidade de valores que orientam a ação humana. A educação, a saúde, o cuidado, o meio ambiente — todos esses aspectos, quando submetidos exclusivamente à lógica da eficiência e do lucro, tendem a ser desfigurados. A filosofia, ao resgatar o sentido e os fins da atividade econômica, atua como um contrapeso necessário à tendência de absolutização do mercado.

Outrossim, importa lembrar de que as decisões econômicas moldam o mundo em que vivemos: influenciam as relações sociais, os padrões culturais, os destinos individuais e coletivos. Ignorar sua dimensão filosófica é negligenciar o potencial que temos de transformar a realidade com base em princípios éticos, políticos e existenciais. Reconhecer a economia como objeto da filosofia é um convite à responsabilidade, ao pensamento crítico e à imaginação utópica — essa faculdade, como dizia Ernst Bloch, de vislumbrar o que ainda não é, mas poderia ser.

A reintegração da Economia no horizonte da Filosofia não significa um retorno a um passado idealizado, mas a construção de um futuro em que o saber técnico esteja orientado por valores. Um mundo mais justo, sustentável e solidário depende não apenas de políticas eficazes, mas também de uma reflexão profunda sobre o que entendemos por riqueza, progresso e bem-estar.

Por final, a Filosofia não é um adorno da Economia, mas sua consciência crítica — aquela que interroga as sendas adotadas e propõe alternativas quando os rumos se mostram insustentáveis.



18

POLÍTICA ECONÔMICA - RELEVANTE POLÍTICA PÚBLICA



Primeiramente, a política econômica se configura em gama de ações e diretrizes adotadas pelo governo com o objetivo de regular a economia de um país, garantindo estabilidade, crescimento sustentável e bem-estar para a população. A relevância dessa política pública se destaca, porquanto ela impacta diretamente a vida das pessoas, influenciando a distribuição de renda, o nível de emprego, o controle da inflação e o crescimento econômico. A formulação de uma política econômica eficaz é fundamental para o desenvolvimento de uma nação, sendo essencial para a criação de um ambiente favorável aos negócios e à geração de emprego, além de promover a justiça social.

Destarte, a política econômica pode ser dividida em várias áreas, sendo as principais a política fiscal, a política monetária e a política cambial. A política fiscal diz respeito à gestão das receitas e despesas do governo, influenciando diretamente a tributação e os gastos públicos, fundamentais para garantir a manutenção de serviços essenciais e o financiamento de programas sociais. Já a política monetária envolve o controle da oferta de moeda e das taxas de juros, influenciando a inflação e o custo do crédito. A política cambial, por sua vez, trata das relações comerciais com outros países, regulando a taxa de câmbio e o comércio exterior.

A política fiscal exerce um papel fundamental na promoção do crescimento econômico. Por meio de um equilíbrio adequado entre a arrecadação e os gastos públicos, é possível financiar investimentos em infraestrutura, educação, saúde e segurança, áreas que são cruciais para o bem-estar da população.

Quando a política fiscal é eficiente, ela pode também estimular o setor privado a investir mais, gerando mais empregos e impulsionando a atividade econômica. No entanto, se mal administrada, a política fiscal pode levar a déficits orçamentários elevados e ao aumento da dívida pública, o que pode comprometer a sustentabilidade da economia no longo prazo.

A política monetária, conduzida por instituições como os bancos centrais, visa o controle da inflação e a manutenção da estabilidade dos preços. Por meio da definição das taxas de juros e da regulação da quantidade de moeda em circulação, o governo tenta garantir que a economia não sofra com a inflação descontrolada, que pode corroer o poder de compra da população. Uma política monetária bem-sucedida pode ajudar a manter a confiança na moeda nacional e criar um ambiente propício para investimentos, além de garantir que o sistema financeiro funcione de forma eficiente.

A política cambial, que regula as relações comerciais externas, também tem impacto significativo na economia interna. A gestão das reservas cambiais e a definição da taxa de câmbio influenciam a competitividade das exportações e importações, afetando diretamente o comércio internacional e as relações econômicas com outros países. Uma política cambial bem estruturada pode ajudar a manter

a balança comercial equilibrada, promovendo o crescimento econômico e assegurando a estabilidade da moeda nacional frente ao mercado internacional.

Uma política econômica sólida deve ser pautada pela busca do equilíbrio entre o crescimento econômico e a distribuição de recursos de forma justa. Em um contexto globalizado, é fundamental que as políticas econômicas também considerem as interações internacionais e os desafios que surgem no cenário global.

Por conseguinte, faz-se mister que Administração Pública invista em políticas de inclusão social, garantindo que os benefícios do crescimento econômico cheguem a todas as camadas da sociedade, principalmente as mais vulneráveis. A erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades regionais são objetivos centrais de uma política econômica que busque não só o crescimento, mas o bem-estar de toda a população.

Destarte, a política econômica é uma das mais relevantes políticas públicas, pois exerce impacto direto na qualidade de vida da população, influenciando o nível de emprego, a renda, o acesso a serviços básicos e a estabilidade social. Sua efetividade depende da capacidade do governo em coordenar as diferentes áreas da política fiscal, monetária e cambial, adotando medidas que promovam o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Em epítome, a construção de uma política econômica que atenda aos desafios do presente e prepare o país para o futuro é um exercício contínuo de planejamento, monitoramento e ajustes, que exige visão estratégica, responsabilidade fiscal e compromisso com a melhoria das condições de vida da sociedade civil.



19

**INTERNACIONALISTA
– PROFISSIONAL
DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Preliminarmente, o cenário contemporâneo, marcado pela globalização, por fluxos interconectados e pela interdependência entre os Estados e atores não estatais, exige cada vez mais a atuação de profissionais especializados na compreensão, análise e gestão das complexas relações internacionais.

Nesse contexto, destaca-se o internacionalista, profissional formado em Relações Internacionais, cuja atuação tem se tornado estratégica tanto no setor público quanto no privado, refletindo a crescente necessidade de compreender e intervir nos processos globais com competência técnica, visão crítica e sensibilidade multicultural.

Outrossim, o Curso de Graduação em Relações Internacionais, oferecido em diversas instituições de ensino superior ao redor do mundo, tem como objetivo formar profissionais aptos a analisar fenômenos políticos, econômicos, sociais e culturais que ultrapassam as fronteiras nacionais. A formação do internacionalista combina conhecimentos de ciência política, economia, direito internacional, história, geografia política, além de línguas estrangeiras e habilidades de negociação e diplomacia.

Por conseguinte, trata-se formação ampla e multidisciplinar, voltada para a compreensão das dinâmicas do sistema internacional e suas implicações locais, regionais e globais.

O internacionalista é capacitado para atuar em diversas frentes. No setor público, pode trabalhar em ministérios das Relações Exteriores, organismos multilaterais, consulados, embaixadas e instituições ligadas à cooperação internacional e à promoção de políticas públicas com impacto transnacional. Nesse ambiente, sua principal função é representar os interesses do país no exterior, participar de negociações diplomáticas, monitorar acordos internacionais, acompanhar debates em fóruns multilaterais e formular estratégias de inserção internacional do Estado.

Já no setor privado, sua presença é cada vez mais valorizada em empresas multinacionais, consultorias, ONGs, câmaras de comércio, instituições financeiras e agências de desenvolvimento. Nestes espaços, o internacionalista atua na análise de riscos políticos, na promoção de negócios internacionais, no desenvolvimento de estratégias de expansão para novos mercados, no cumprimento de normas e tratados internacionais e na gestão de projetos com impacto global.

A “performance” em organizações internacionais, como ONU, OMC, OEA, FMI, Banco Mundial, entre outros, também representa uma possibilidade atraente para o profissional de Relações Internacionais.

Ademais, afigura-se crescente o envolvimento do internacionalista em temas transversais e emergentes da agenda global, como mudanças climáticas, segurança cibernética, governança da internet, direitos humanos, ajuda humanitária,

desenvolvimento sustentável, migrações forçadas, segurança alimentar e saúde internacional.

A complexidade dessas agendas exige a formação de quadros com capacidade de dialogar com diferentes áreas do conhecimento, propor soluções inovadoras e contribuir para a governança global de maneira ética, técnica e responsável.

Entretanto, no contexto brasileiro, a profissão de internacionalista ganhou reconhecimento significativo a partir dos anos 1990, com a consolidação de cursos específicos na área e a intensificação da inserção do Brasil nos fluxos globais. A emergência do Brasil como ator relevante no Sul Global, a ampliação de parcerias Sul-Sul, os debates sobre integração regional no âmbito do MERCOSUL e da UNASUL, e a participação ativa do país em fóruns internacionais contribuíram para consolidar a demanda por profissionais de Relações Internacionais.

Entrementes, a internalização de pautas globais no território nacional, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça a importância desse profissional também na esfera doméstica, em articulação com governos locais, organizações da sociedade civil e empresas.

Malgrado o crescimento da área, o mercado de trabalho para o internacionalista ainda é desafiador, sobretudo pela ausência de uma regulamentação formal da profissão no Brasil. Essa situação implica em ambiguidades quanto ao reconhecimento do profissional e à delimitação de suas atribuições legais.

No entanto, esse obstáculo tem sido parcialmente superado pela mobilização de redes profissionais e acadêmicas, como a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e os diversos núcleos de pesquisa e extensão universitários, que promovem o intercâmbio de experiências, o fortalecimento da identidade profissional e a valorização da área.

Outro ponto importante a ser considerado jaz no papel do internacionalista na mediação cultural. Em um mundo caracterizado por fluxos migratórios intensos, pelo choque de valores e por conflitos de identidade, o profissional de Relações Internacionais pode atuar como um facilitador do diálogo entre culturas, promovendo a tolerância, o respeito à diversidade e a construção de pontes entre diferentes sociedades.

Essa capacidade de compreender o “outro”, de analisar contextos culturais e históricos específicos e de propor soluções negociadas é uma das marcas distintivas da formação internacionalista.

O domínio de línguas estrangeiras, particularmente o inglês, o espanhol, o francês, o mandarim e o árabe, é considerado essencial para a atuação do internacionalista, pois permite o acesso a fontes primárias, a comunicação eficaz com interlocutores internacionais e a participação ativa em fóruns multilíngues.

Ademais disso, habilidades como empatia, pensamento crítico, capacidade analítica, resiliência, liderança e adaptabilidade cultural são altamente valorizadas nesse campo profissional.

Destarte, com o avanço das tecnologias da informação e da comunicação, o ambiente de atuação do internacionalista se torna ainda mais complexo e dinâmico. A diplomacia digital, a diplomacia pública e o uso estratégico das redes sociais na construção da imagem internacional dos Estados são novos campos de atuação que requerem atualização constante e domínio de ferramentas digitais. Do mesmo modo, a análise de dados aplicados à política internacional e o uso de inteligência artificial na previsão de cenários geopolíticos têm ganhado espaço como recursos estratégicos para a atuação do profissional.

Em última análise, faz-se mister destacar que o internacionalista é, antes de tudo, um agente de transformação social, capaz de pensar soluções para os grandes dilemas da humanidade a partir de uma perspectiva ética, inclusiva e global. Sua atuação transcende os limites da geografia política para tocar questões fundamentais da convivência humana no século XXI.

Em tempos de tensões internacionais, desafios ambientais, crises humanitárias e disputas por hegemonia, o papel do internacionalista se torna ainda mais relevante. Ele é chamado não apenas a interpretar o mundo, mas a transformá-lo, construindo pontes em tempos de muros e promovendo o diálogo em tempos de conflito.

Destarte, a profissão de internacionalista representa não apenas uma carreira promissora, mas um compromisso com o bem comum global. Cabe a esse profissional pensar além das fronteiras, agir com responsabilidade diante da diversidade de interesses e contribuir para um mundo mais justo, cooperativo e sustentável.

Em epítome, em meio à complexidade do século XXI, o internacionalista desponta como uma peça-chave na arquitetura de um novo paradigma de relações internacionais, pautado pelo multilateralismo, pela solidariedade entre os povos e pela busca incessante de soluções pacíficas para os conflitos da humanidade.



20

CONCEITO DE MACROECONOMIA



Preliminarmente, a macroeconomia é um dos principais ramos da ciência econômica, tendo como foco a análise do funcionamento global da economia. Ao contrário da microeconomia, que estuda o comportamento individual de agentes econômicos – como consumidores, empresas e mercados específicos –, a macroeconomia trata de fenômenos agregados, examinando variáveis amplas como o produto interno bruto (PIB), a taxa de desemprego, a inflação, os níveis de investimento e consumo, ademais das políticas fiscal e monetária. Seu objetivo central é compreender como essas variáveis interagem e influenciam o desempenho econômico de um país ou região ao longo do tempo.

De outro vértice, a origem da macroeconomia como campo autônomo do pensamento econômico remonta à década de 1930, período marcado pela Grande Depressão. Até então, a maioria dos economistas acreditava que os mercados tendiam naturalmente ao equilíbrio pleno, assumindo que as forças de oferta e demanda seriam suficientes para garantir o pleno emprego dos fatores de produção.

Contudo, a crise econômica mundial deflagrada em 1929 revelou as limitações desse entendimento, especialmente diante da persistência do desemprego e da estagnação econômica. Foi nesse contexto que o economista britânico John Maynard Keynes publicou sua obra seminal, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), estabelecendo as bases da macroeconomia moderna.

De sua parte, Keynes argumentava que o nível de atividade econômica era determinado, em grande parte, pela demanda agregada – ou seja, pela soma do consumo das famílias, dos investimentos das empresas, dos gastos do governo e do saldo das exportações líquidas. Segundo ele, em períodos de crise, o setor privado tende a reduzir seus gastos, gerando uma espiral de queda na produção e no emprego. Para romper esse ciclo, o Estado deveria intervir na economia, por meio de políticas fiscais (gastos públicos e tributação) e monetárias (controle da oferta de moeda e da taxa de juros), de forma a estimular a demanda e restaurar o crescimento econômico.

Desde então, a macroeconomia passou a ser dividida em diferentes escolas de pensamento, cada uma com visões distintas sobre o papel do Estado, os mecanismos de ajuste da economia e a eficácia das políticas públicas.

Ademais da escola de Keynes, destacam-se a escola monetarista, liderada por Milton Friedman, que enfatiza o controle da oferta monetária como meio de evitar a inflação; a nova escola clássica, que introduz expectativas racionais e modelos de ciclos econômicos reais; e a escola nova keynesiana, que busca reconciliar elementos das abordagens anteriores, reconhecendo a importância das imperfeições de mercado e a rigidez de preços e salários.

Entre os principais temas estudados pela macroeconomia estão: o crescimento

econômico de longo prazo, que trata das forças que determinam o aumento sustentável da renda e da produção; os ciclos econômicos, que envolvem as flutuações da atividade econômica em torno de sua tendência de longo prazo; a inflação, que diz respeito ao aumento generalizado dos preços e à perda do poder de compra da moeda; o desemprego, que afeta diretamente o bem-estar social e a eficiência econômica; e a balança de pagamentos, que reflete as transações de um país com o resto do mundo.

Para lidar com esses desafios, os formuladores de políticas utilizam instrumentos macroeconômicos, divididos em dois grandes grupos: a política fiscal e a política monetária. A política fiscal refere-se às decisões do governo sobre arrecadação de impostos e realização de gastos públicos. Em períodos de recessão, pode-se adotar uma política fiscal expansionista, com aumento dos gastos e redução de impostos, para estimular a economia.

Em contrapartida, em momentos de superaquecimento e inflação, pode-se recorrer a políticas fiscais contracionistas. Já a política monetária é conduzida pelos bancos centrais e envolve o controle da taxa básica de juros, da base monetária e do crédito. Ao reduzir os juros, busca-se estimular o consumo e o investimento; ao aumentá-los, busca-se conter a inflação e evitar desequilíbrios econômicos.

Nos tempos atuais, a macroeconomia enfrenta novos desafios, como os impactos da globalização, a integração dos mercados financeiros, as mudanças tecnológicas e, mais recentemente, os efeitos econômicos das crises sanitárias e climáticas.

À guisa de exemplo, a pandemia da Covid-19 trouxe à tona a necessidade de políticas públicas robustas e coordenadas para mitigar os impactos econômicos de choques externos imprevistos. Da mesma forma, as mudanças climáticas têm exigido uma reformulação das estratégias econômicas, com foco na sustentabilidade e na transição energética.

Ademais disso, a macroeconomia moderna busca incorporar aspectos antes negligenciados, como a desigualdade de renda e riqueza, os efeitos da economia comportamental sobre o consumo e a poupança, e o papel das instituições na determinação do desempenho econômico. Com isso, tem se tornado cada vez mais multidisciplinar, dialogando com áreas como sociologia, ciência política, psicologia e meio ambiente.

Em epítome, a macroeconomia é uma ferramenta essencial para entender os grandes problemas econômicos contemporâneos. Seu estudo permite não apenas analisar o funcionamento da economia em escala agregada, mas também formular políticas públicas mais eficazes para promover o crescimento sustentável, a estabilidade de preços, o pleno emprego e a equidade social.

Por final, em face de um mundo cada vez mais interconectado e complexo,

compreender os fundamentos da macroeconomia é fundamental para qualquer cidadão, formulador de políticas ou agente econômico que deseje contribuir para o desenvolvimento equilibrado e inclusivo da sociedade.

ISBN: 978-65-6068-180-4



9 786560 681804